

Relatório de Estabilidade Financeira (REF)

Comentários

Banco Central do Brasil | Novembro, 2024

Elaboração: Diretoria de Economia, Regulação e Produtos



Pauta

Sumário

Mercados Financeiros Internacionais

Liquidez

- Captações totais, externas e domésticas
- Liquidez de curto prazo
- Liquidez de longo prazo

Crédito

- Hiato
- Crédito Amplo
- Crédito às pessoas jurídicas e físicas
- Apetite ao Risco
- Ativos Problemáticos
- Capacidade de Pagamento
- Provisões

Rentabilidade

- Retorno sobre o patrimônio
- Resultado de Intermediação Financeira
- Eficiência Operacional

Solvência

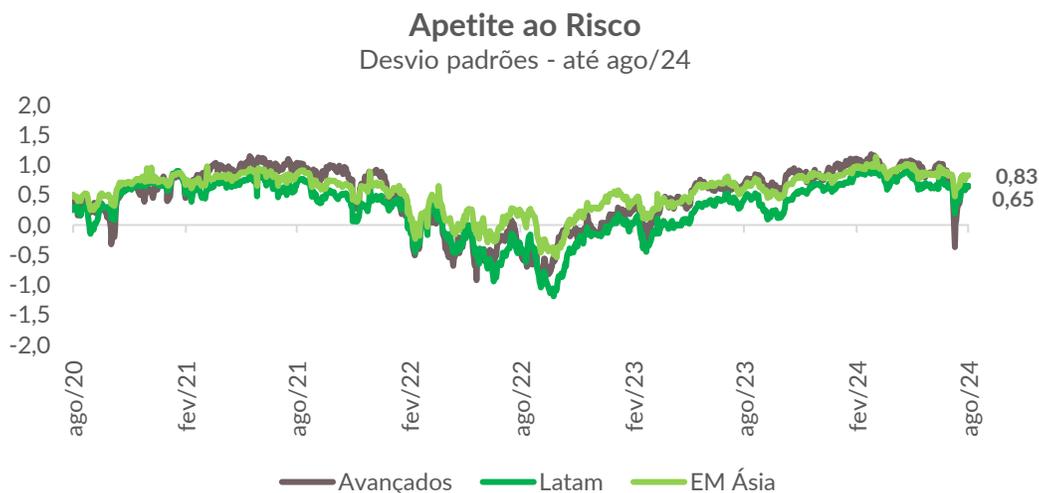
Testes de Estresse

Pesquisa de Estabilidade Financeira

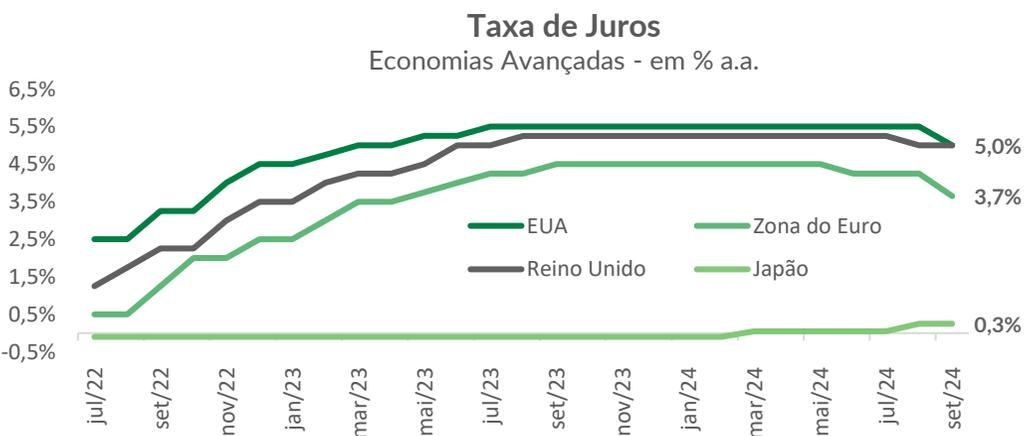
Sumário

- Com base em informações levantadas até o 1º semestre, o Banco Central (BC) divulgou o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) de novembro, apresentando as suas perspectivas para a estabilidade financeira, com foco na análise das principais variáveis e riscos para a resiliência do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Esse cenário mostra-se de extrema valia para uma avaliação prospectiva que se faz necessária com a forte alteração nas condições financeiras e a depreciação da taxa de câmbio que demanda cautela e diligência adicionais no mercado de crédito.
- Acompanhando o surpreendente desempenho da atividade no período, o mercado de crédito apresentou um crescimento robusto, tanto nas modalidades para Pessoas Físicas (PF) como nas Pessoas Jurídicas (PJ), resultante também do aumento do apetite ao risco das Instituições Financeiras (IFs). No mercado de capitais, a performance foi ainda mais notável, com as PJ aproveitando-se da liquidez para aprimorar a gestão de caixa, investir em infraestrutura e reduzir suas dívidas.
- A aceleração do crédito bancário nas modalidades para PJ deu-se principalmente no segmento das Grandes empresas (Ge), com destaque para as operações de comércio exterior e financiamentos destinados à infraestrutura. Com limitações na capacidade de pagamento, houve um crescimento nos pedidos de recuperação judicial de Micro, Pequenas e Médias empresas (MPME), que tendem a aumentar com a taxa de juros em patamar ainda mais contracionista e o provável desaquecimento da economia.
- Impulsionadas pela dinâmica econômica favorável e pelo aumento do apetite ao risco das IFs, o crédito bancário às PF acelerou no 1º semestre, com destaque para as modalidades do crédito rural, o financiamento de veículos e o crédito não consignado. Mesmo com um cenário econômico favorável advindo da melhora da renda e da redução da taxa de desocupação, a capacidade de pagamento das PF demanda atenção redobrada, notadamente a partir do início do ciclo de aperto monetário e da deterioração das condições financeiras.
- Apesar da desaceleração no crescimento, os bancos digitais ainda apresentavam no 1º semestre um dinamismo bem maior do que o dos seus pares. Da mesma forma, a expansão e o maior alcance dos canais e das plataformas de distribuição têm propiciado uma redução na concentração das captações. Assim, a participação dos bancos privados do segmento S1 nas captações diminuiu no período. Este movimento tem contribuído para um ambiente mais competitivo e para a redução das taxas de juros praticadas pelos segmentos de menor porte. Porém, este movimento tende a se acomodar com as mudanças regulatórias para a emissão de Letras de Crédito Imobiliários (LCIs) e de Crédito Agropecuário (LCAs) e limites de alavancagem na utilização do uso da garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).
- Ao longo do semestre, o sistema demonstrou uma recuperação consistente em sua rentabilidade, sustentada pela redução da pressão sobre as despesas com provisões, pelo crescimento do resultado de juros provenientes das operações de crédito e pela reaceleração das receitas de serviços. A eficiência operacional também exibiu ganhos, com a desaceleração na elevação das despesas administrativas e a recuperação das receitas de serviços. Finalmente, a capitalização continuou robusta, apesar de uma leve queda, mantendo-se significativamente acima dos requisitos regulatórios mínimos. Para o BC, o sistema demonstrou capacidade de absorver os impactos dos aprimoramentos na regulação prudencial que entrarão em vigor em 2025. Dentre as mudanças, destaques para: a implementação do arcabouço prudencial para conglomerados liderados por Instituições de Pagamento (IP); os novos procedimentos para cálculo do risco operacional (RWAOPAD); as mudanças na metodologia de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Resolução CMN 4.966/2021); a implementação da Lei 14.467 /2022; e as novas regras para contabilização de instrumentos financeiros (IFRS 9 e IFRS 7).

Mercados Financeiros Internacionais



Avançados: EUA, Área do Euro, Japão | Latam: Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru | EM Ásia: China, Coreia, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia
 Fontes: Bloomberg, Reuters e Fed St Louis

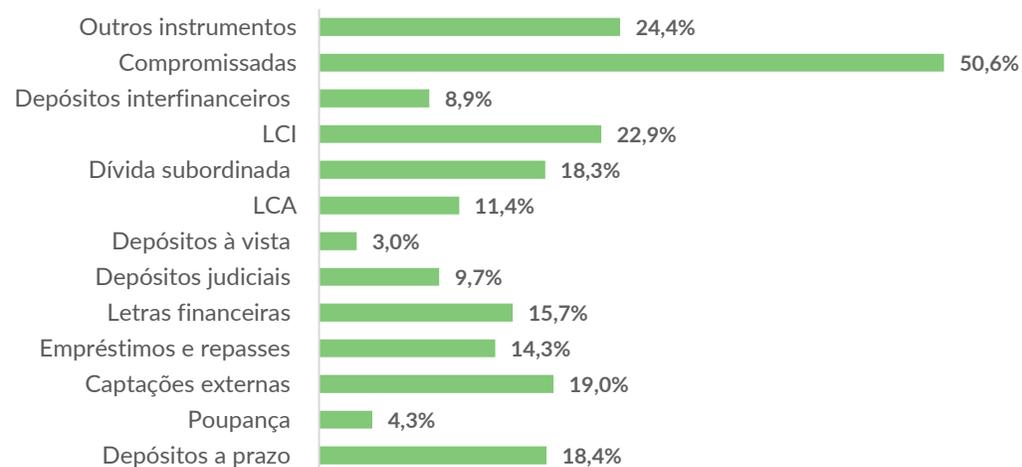


Fonte: Bloomberg

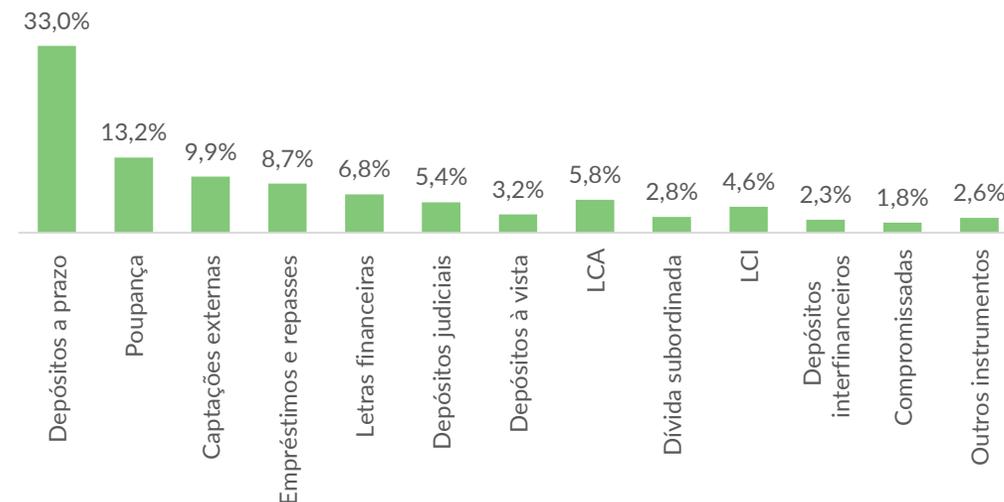
- Ainda que persistam algumas vulnerabilidades e incertezas, a atuação das autoridades monetárias para evitar contágios e manter a credibilidade no sistema permitiu que a estabilidade financeira se mantivesse resiliente.
- Comprometida com a convergência da inflação às metas, a maioria dos Bancos Centrais começou a flexibilizar a política monetária. Contudo, as taxas de juros ainda se encontram em patamares historicamente elevados. Com um nível de liquidez adequado, os preços dos ativos e o crédito apresentaram um comportamento positivo no 1º semestre.
- Com a mudança de percepção acerca da trajetória futura da política monetária nos EUA, houve um choque agudo de volatilidade entre jul/24 e ago/24. Contudo, os mercados ajustaram-se sem grandes sobressaltos e sem necessidades de assistência de liquidez como em situações anteriores.
- Em relação ao REF de maio, ocorreu uma melhora nas condições financeiras nas principais economias, ainda que com elevada volatilidade e heterogeneidade. Com a diminuição da incerteza sobre a evolução do ciclo monetário, as taxas de juros de longo prazo nos EUA reduziram-se no período e o apetite ao risco para os países emergentes aumentou.
- Na China, o crédito bancário seguiu em expansão, ainda que com desaceleração, e o setor imobiliário continua sendo um ponto de fragilidade para a estabilidade financeira. A inadimplência esteve controlada, porém a rentabilidade do sistema declinou.
- A maioria das jurisdições manteve os buffers de capital contracíclicos para fortalecer a resiliência dos bancos. O cenário futuro ainda apresenta riscos, como as incertezas macroeconômicas originadas pelas tensões geopolíticas e pela promoção de práticas protecionistas nas políticas comerciais, os níveis de equilíbrio das taxas de juros de longo prazo e o acúmulo de vulnerabilidades em bancos e IFs não bancárias.
- Apesar da resiliência das economias emergentes ao cenário externo adverso, empresas e famílias poderão enfrentar condições difíceis para o serviço e rolagem de dívidas. Dessa forma, o BC manifestou que está atento à evolução do cenário internacional, embora considere baixa a exposição do SFN ao risco cambial e a dependência de captação externa.

Captações Totais

Variação Anual



Composição

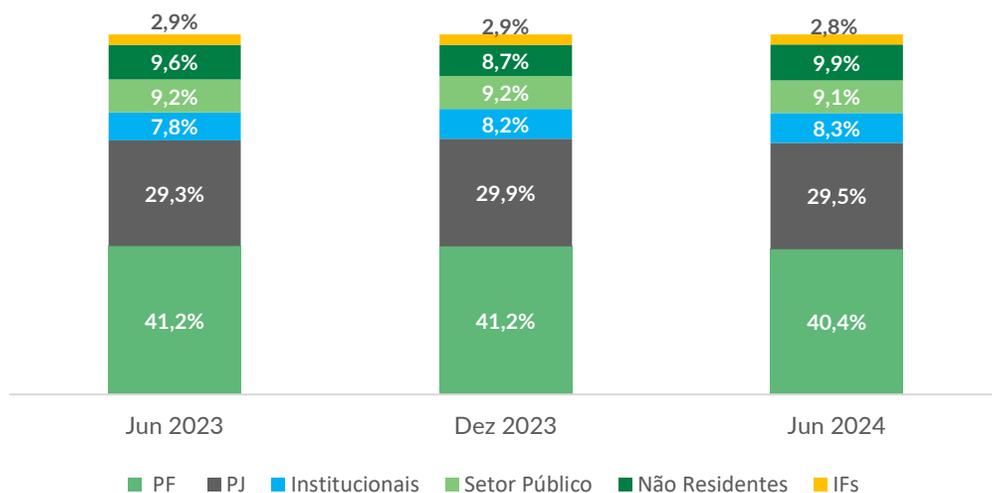


Fonte: Banco Central do Brasil

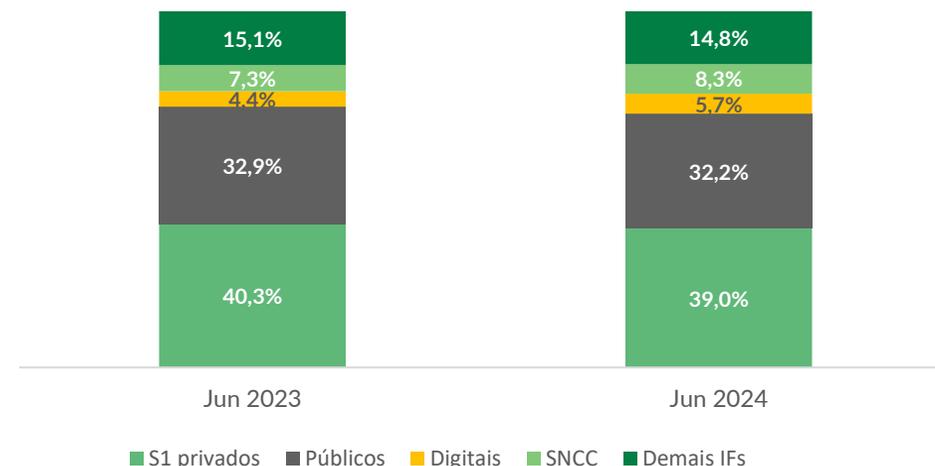
- O crescimento das captações totais do sistema bancário acelerou de 13,9% a.a. em dez/23 para 14,9% a.a. em junho. Entretanto, representando 33,0% deste montante, os depósitos a prazo tiveram no período uma redução na sua taxa de expansão de 19,9% a.a. para 18,4% a.a. no período.
- Com as alterações regulatórias nos prazos de vencimento e nos ativos elegíveis para emissão de títulos incentivados, o avanço dos saldos das LCIs reduziu-se de 50,4% a.a. para 22,9% a.a. e o das LCAs de 35,9% a.a. para 11,4% a.a.. Já as Letras Financeiras (LFs) saíram de um avanço de 10,2% a.a. para 15,7% a.a..
- Com 13,2% de representatividade, a expansão do saldo da caderneta de poupança acelerou de -1,5% a.a. em dez/23 para 4,3% a.a. para junho. Por fim, refletindo a depreciação de 16,8% do real, as captações externas saíram de uma taxa de -0,9% a.a. para 19,0% a.a..

Captações Domésticas

Perfil do Investidor



Composição Por segmento



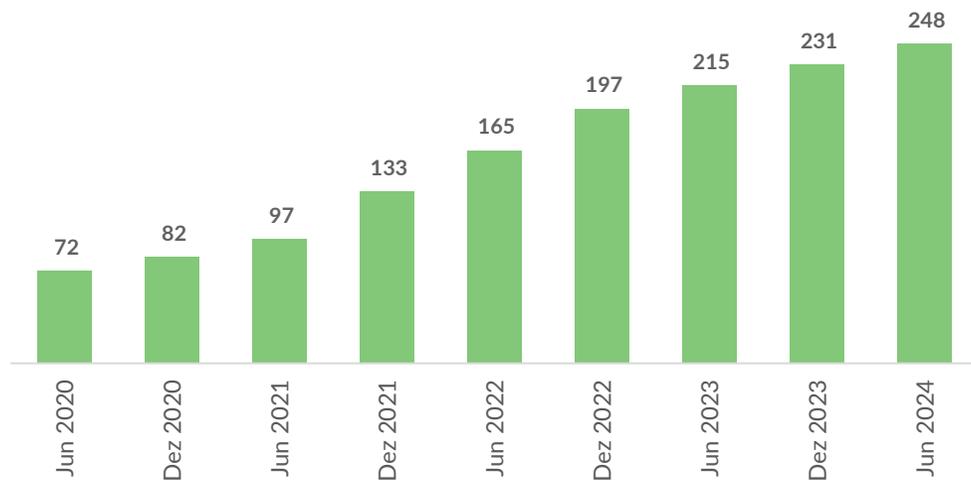
Fonte: Banco Central do Brasil

- No que tange ao perfil dos investidores, as PF continuam sendo a fonte de recursos mais representativa nas captações do sistema bancário. Todavia, perderam participação, saindo de 41,2% em dez/23 para 40,4% em junho. No mesmo sentido, a representatividade das PJ saiu de 29,9% para 29,5%.
- As variações das participações para as demais categorias de investidores foram de: 8,3% para 8,2% nos institucionais; 9,2% para 9,1% do setor público; 8,7% para 9,9% dos não residentes; e 2,9% para 2,8% das IFs.
- Entre jun/23 e junho, persistiu a redução da concentração dentro do sistema, de modo que a participação dos bancos privados do segmento S1 nas captações diminuiu de 40,3% para 39,0%. Tirando proveito da expansão e do alcance dos seus canais, além do maior uso de plataformas de distribuição, as IFs digitais exibiram no período um aumento da representatividade de 4,4% para 5,7%. Movimento semelhante ocorreu com a participação do Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito (SNCC) que saiu de 7,3% para 8,3%.

Captações intermediadas

- Ao beneficiar principalmente as IFs de menor porte, a evolução das captações intermediadas tem contribuído para um ambiente mais competitivo e para a redução das taxas de juros praticadas pelos segmentos não S1.
- Contudo, após o impulso inicial da disseminação das plataformas de investimento, o ritmo de expansão das captações intermediadas vem se reduzindo. Desse modo, o estoque saiu de um avanço de 17,3% a.a. em dez/23 para 15,0% a.a. em junho.
- Além do movimento em LCIs e LCAs, a desaceleração foi motivada pelo desincentivo do uso da garantia do FGC, como o principal atrativo para as captações, regulamentado pela Resolução CMN 5.114/2023 que impôs restrições à alavancagem das IFs junto ao FGC. O REF mostrou uma redução na dependência desta garantia em 72% das IFs que em nov/23 tinham mais de 70% das captações cobertas pelo FGC.
- Em consonância, no que diz respeito às operações intermediadas, o número de IFs com a dependência do emissor nas captações totais acima de 60% subiu de 18 em jun/23 para 21 em junho, enquanto a inferior a 40% reduziu-se de 14 para 11 no mesmo período.

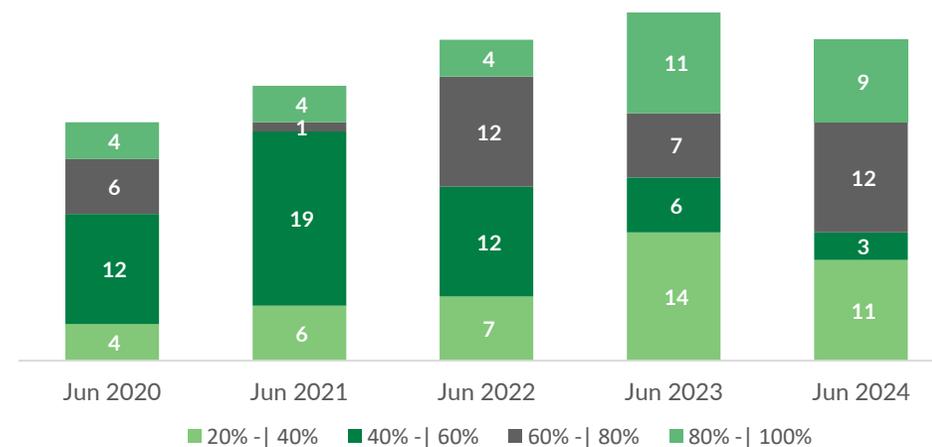
Estoque Intermediado
Em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central do Brasil

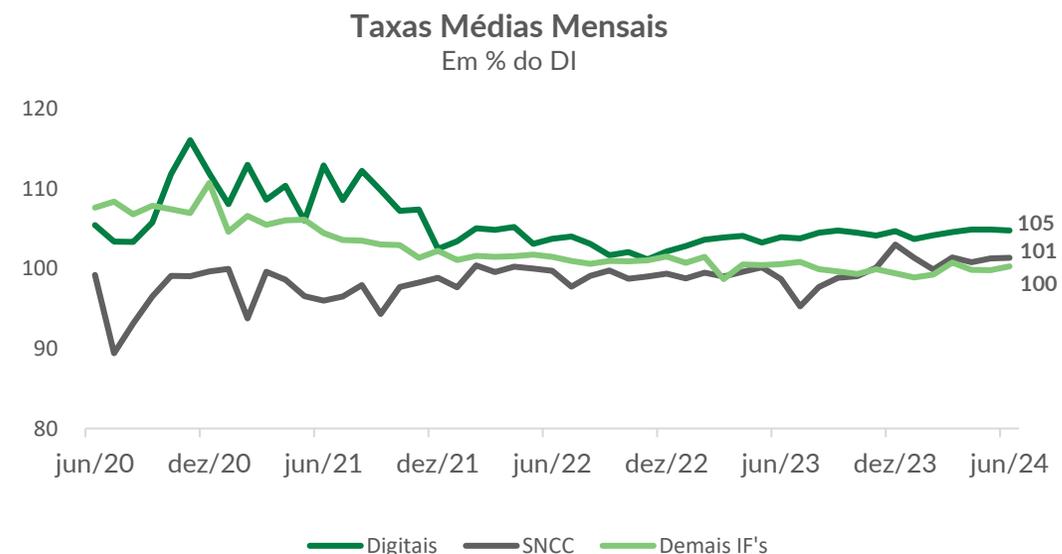
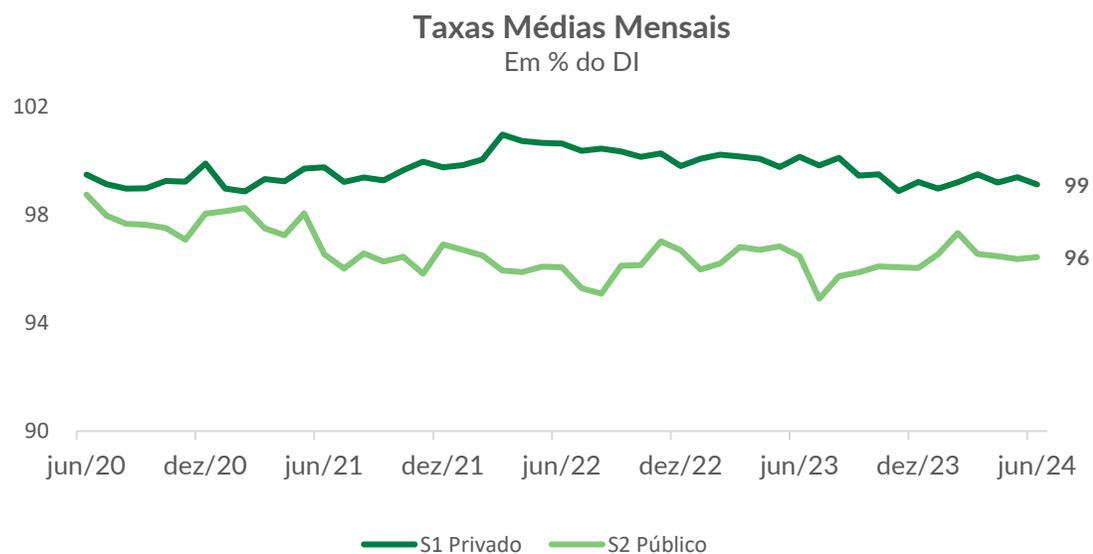
Captações Intermediadas

Quantidade de IFs por dependência do emissor sobre as captações totais



Custos de Captação

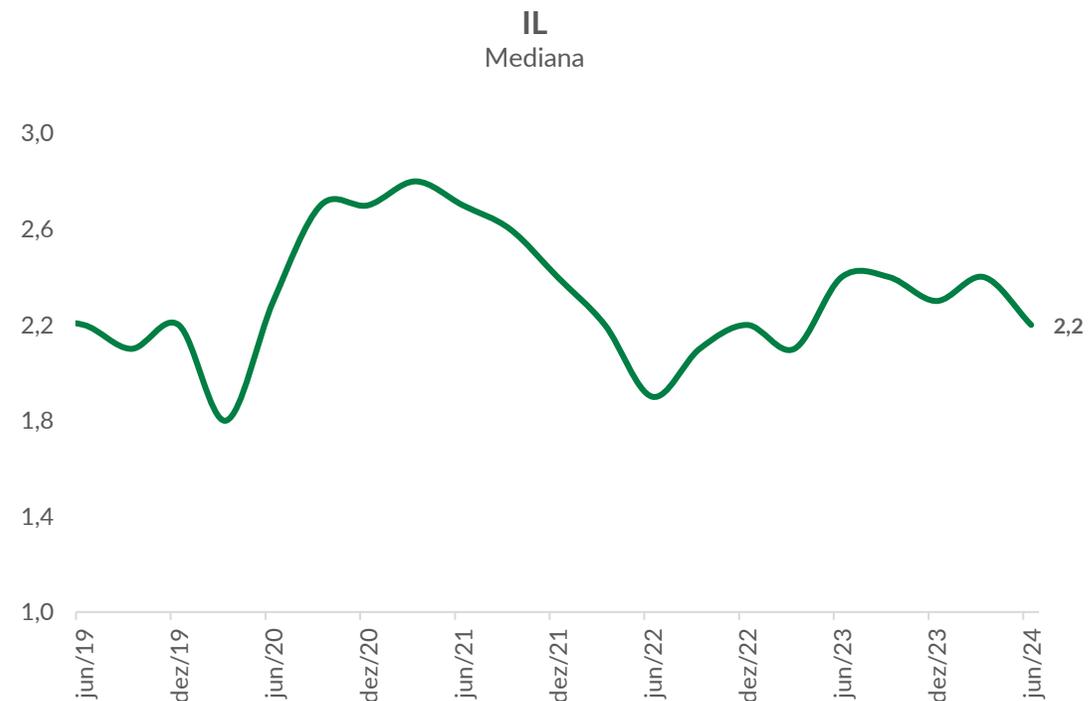
- Com relativa estabilidade no semestre, as taxas médias de captação praticadas pelos diversos segmentos mantiveram-se próximas. Os spreads em relação à taxa do Depósito Interfinanceiro (DI) fecharam em: 99,1% para as IFs privadas (99,2% em dez/23); 96,4% para as IFs públicas (96,0% em dez/23); 104,8% para as digitais (104,7% em dez/23) e em 100,3% para as demais IFs (99,4% em dez/23). Por sua vez, para o SNCC houve uma considerável redução no custo, com o indicador saindo de 103,0% em dez/23 para 101,4% em junho.
- Entretanto, é importante ressaltar que a relativa estabilidade no custo geral ocorreu mesmo com o aumento nas taxas médias de juros nas LCIs e, principalmente, LCAs, com as mudanças regulatórias nos prazos e ativos elegíveis para emissão desses instrumentos.



Fonte: Banco Central do Brasil

Liquidez de Curto Prazo

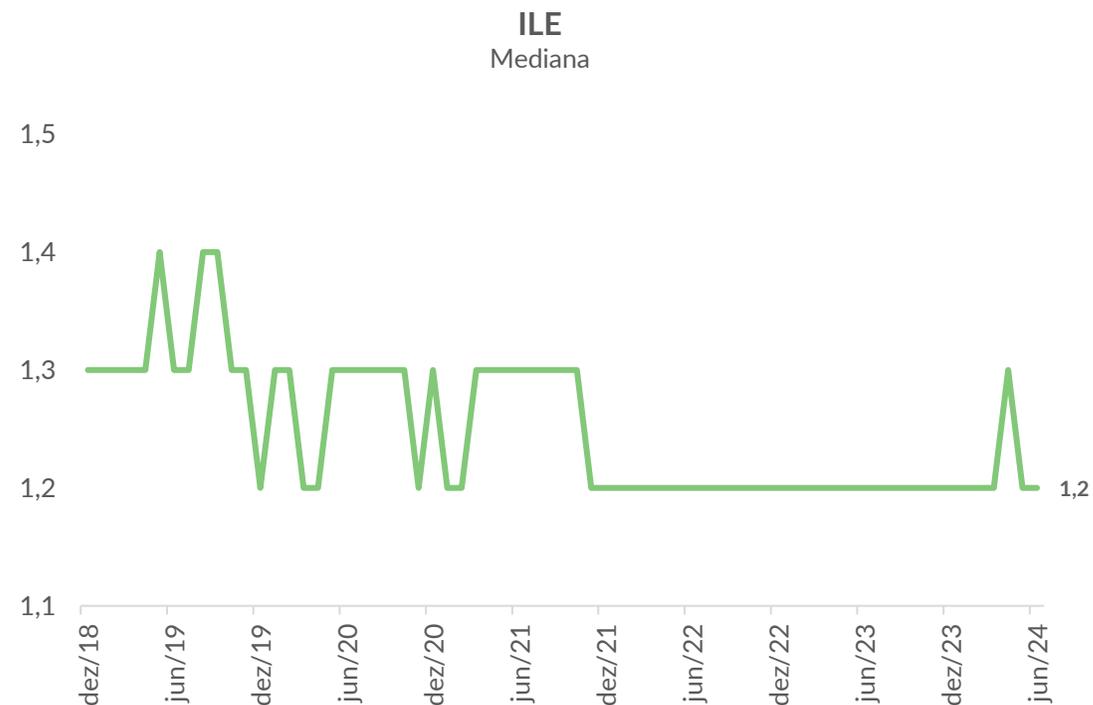
- No que tange à manutenção do funcionamento de intermediação e da estabilidade financeira, a liquidez do sistema bancário permaneceu confortável no 1º semestre de 2024.
- Ao comparar os ativos líquidos da instituição com o fluxo de caixa estimado para os próximos 30 dias em relação ao fluxo de caixa estressado que considera fatores como a fuga de depósitos de varejo e atacado, oscilações de mercado e vencimentos de contratos financeiros, o Índice de Liquidez (IL) sinalizou uma ampla capacidade das IFs em honrar as suas obrigações de curto prazo em cenários de estresse.
- Com um cenário de aceleração das concessões de crédito, a mediana do IL saiu de 2,3 em dez/23 para 2,2 em junho. Entretanto, é importante ainda observar que houve uma redução nos níveis de liquidez das IFs pertencentes ao quartil mais elevado da distribuição.
- Por fim, os bancos do segmento S1 apresentaram indicadores robustos, com folga para um possível aumento na demanda por crédito.



Fonte: Banco Central do Brasil

Liquidez Estrutural

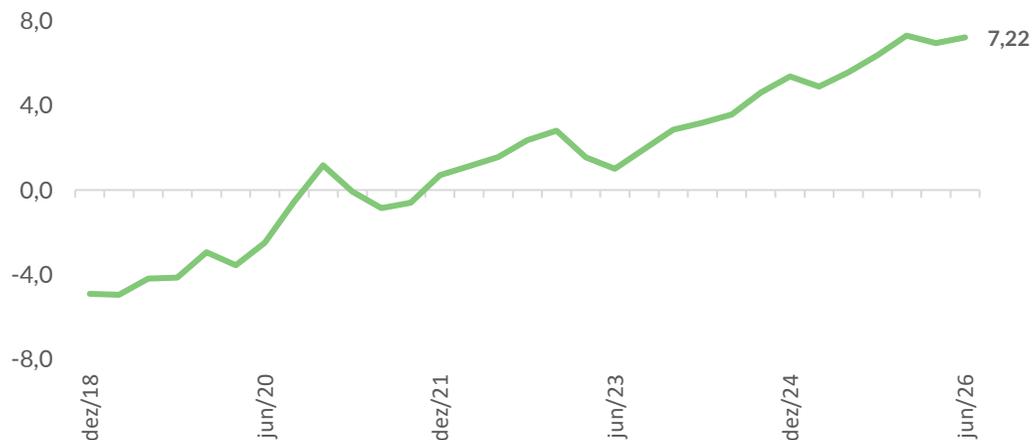
- Com uma metodologia de cálculo similar à do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR), o Índice de Liquidez Estrutural (ILE) serve para apurar se as IFs possuem recursos estáveis suficientes para financiar os seus ativos de longo prazo. Em junho, a mediana do ILE dos conglomerados manteve-se estável em relação ao 1,2 observado em dez/23, nível que mostra que não há descasamento significativo de prazos entre ativos e passivos.
- Porém, ao se analisar a distribuição por IFs houve piora nas faixas com indicadores mais baixos, ainda que a ampla maioria mantenha níveis adequados de recursos para financiar uma retomada do crédito. Em conformidade regulatória, o NSFR das IFs do segmento S1 variou entre 1,01 e 1,29 em junho, ante 1,03 e 1,13 em dez/23.



Fonte: Banco Central do Brasil

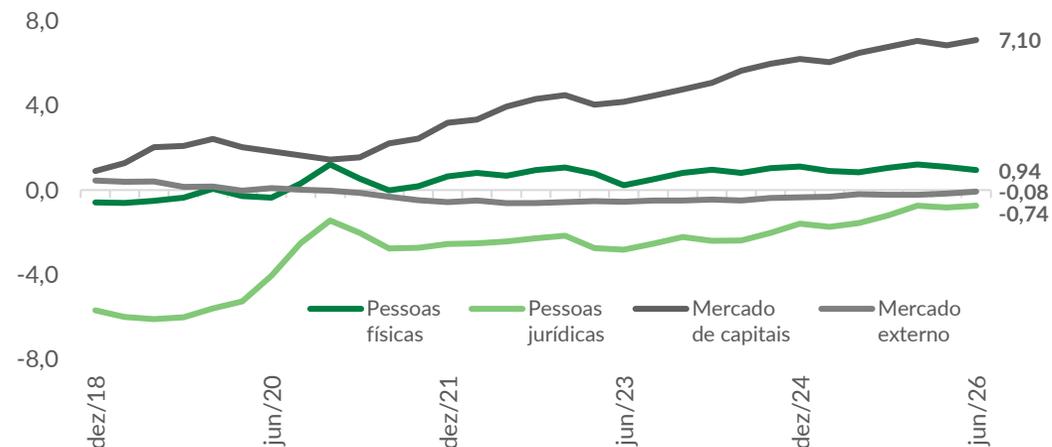
Hiato do Crédito Amplo

Em Relação ao PIB
Com retirada da variação cambial - em p.p.



Fonte: Banco Central do Brasil

Em Relação ao PIB
Com retirada da variação cambial - em p.p.

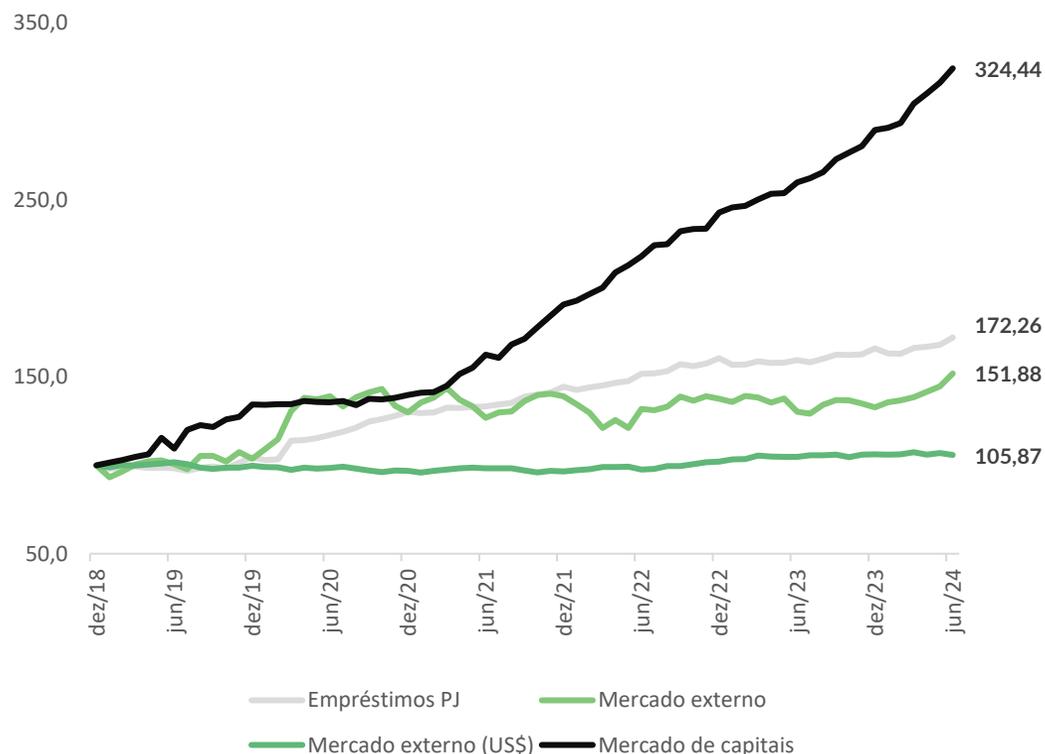


- Apesar de ser utilizado como um indicador de referência pelo Comitê de Basileia para avaliar a adoção de capital contra-cíclico, a métrica do hiato do produto apresenta claras limitações que merecem ser consideradas nas decisões dos reguladores. Apesar dessa relativização, o BC sinalizou que a velocidade de crescimento do hiato de crédito amplo/PIB demanda atenção.
- Com a aceleração das operações de crédito, aumentou-se a distância entre a evolução do crédito amplo e a sua tendência de longo prazo. Tendo o mercado de capitais como principal responsável, o hiato em relação ao PIB continuou em expansão, desconsiderando-se a variação cambial, que alcançou 3,57 p.p. em junho. Ganhando cada vez mais relevância como fonte relevante de financiamento das Ge, o mercado de capitais apresentava um hiato de 5,65 p.p.. Nos demais, o indicador era de: 0,81 p.p. para PF; de -2,39 p.p. para PJ; e -0,50 p.p. para o mercado externo.
- O BC ressaltou, ainda, que o recente desenvolvimento do mercado de capitais foi potencializado por mudanças legais e regulamentares que ampliaram e consolidaram o mercado de alguns instrumentos como as debêntures (em especial, as incentivadas), a captura de novas informações para as Cédulas de Produto Rural (CPRs). Por isso, apesar dos níveis atuais e prospectivos demandarem monitoramento, são necessários cuidados no uso do hiato para analisar o ciclo do crédito, especialmente em economias emergentes, onde eventos específicos podem impactar a razão crédito/PIB por longos períodos, distorcendo a sua interpretação.

Crédito Amplo

Crédito Amplo PJ

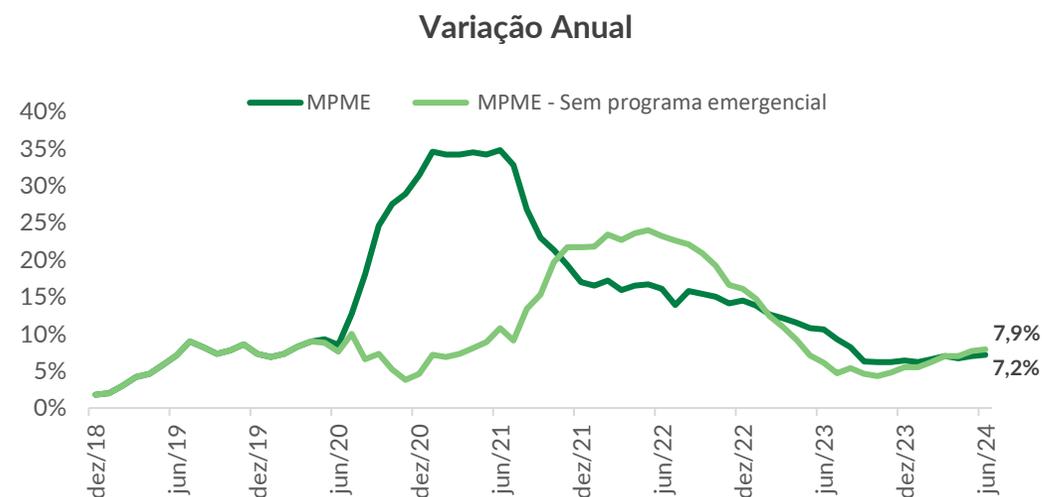
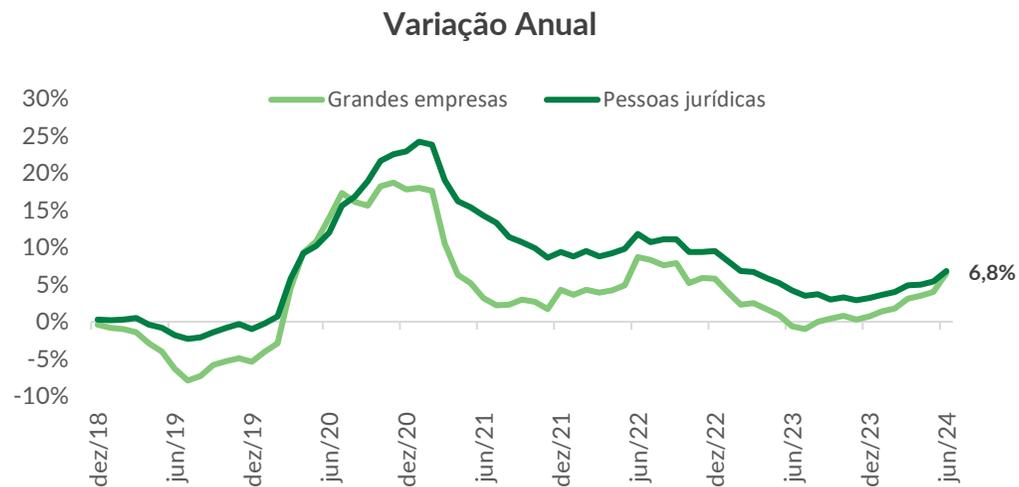
Base dez/2018=100



Fonte: Banco Central do Brasil

- Como principal motor do crescimento do crédito amplo, o mercado de capitais foi impulsionado por captações significativas em debêntures, especialmente por fundos de renda fixa. Tendo dez/18 como base 100, o índice elevou em 34,91 pts. no semestre, para 324,44 pts..
- As empresas aproveitaram a liquidez do mercado para realizar gestão de caixa, investir em infraestrutura e pagar dívidas. Além disso, o crescimento dos estoques de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) despontou também como uma fonte relevante de financiamento.
- Como importantes detentores da dívida corporativa, os FIDC tiveram captações relevantes em um cenário de spreads e de mitigação de risco com o aumento da liquidez. A alta demanda por títulos de dívida privada provocou a compressão dos spreads. Neste sentido, preocupa o efeito do ciclo de aperto nos spreads que poderão afetar a rentabilidade desses fundos, o que poderia dificultar novas emissões de títulos.
- Impulsionado por operações de comércio exterior e financiamentos de infraestrutura, o crédito bancário também apresentou aceleração, principalmente para as Ge, saindo de 166,12 pts. para 172,26 pts.. Embora fossem afetadas pela depreciação cambial, as captações externas das empresas exibiram uma ligeira queda de -0,37 pts. para 105,87 pts..

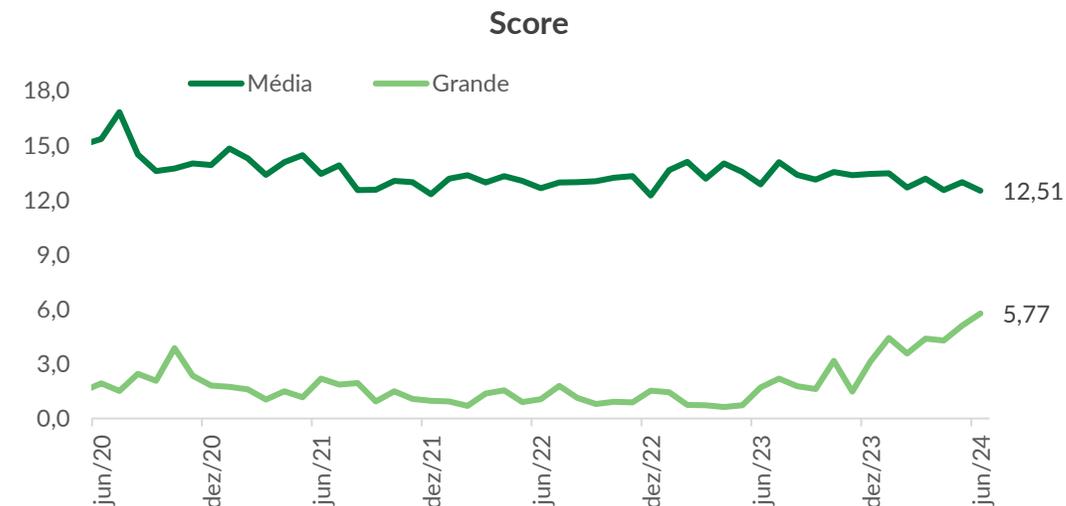
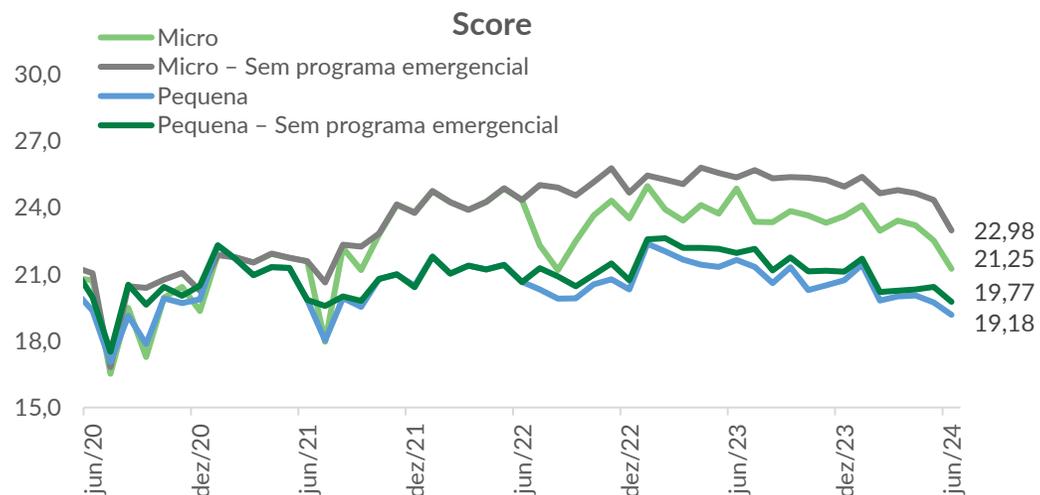
Crédito PJ



Fonte: Banco Central do Brasil

- A expansão do crédito para PJ saiu de 3,2% a.a. em dez/23 para 6,8% a.a. em junho. O crédito para as Ge foi destaque no 1º semestre, saindo de uma alta de 0,7% a.a. para 6,5% a.a..
- As micro e pequenas empresas também apresentaram crescimento nas contratações de empréstimos, ajudado pelos programas emergenciais de crédito, como o Pronampe. Já as empresas médias, por sua vez, tiveram um crescimento mais moderado, com destaque para as modalidades de investimento e financiamentos de infraestrutura e projetos. Consolidando-se, os empréstimos para as MPME que aceleraram de uma expansão de 6,4% a.a. para 7,2% a.a.. Desconsiderando-se os programas emergenciais, a expansão saiu de 5,5% a.a. para 7,9% a.a..

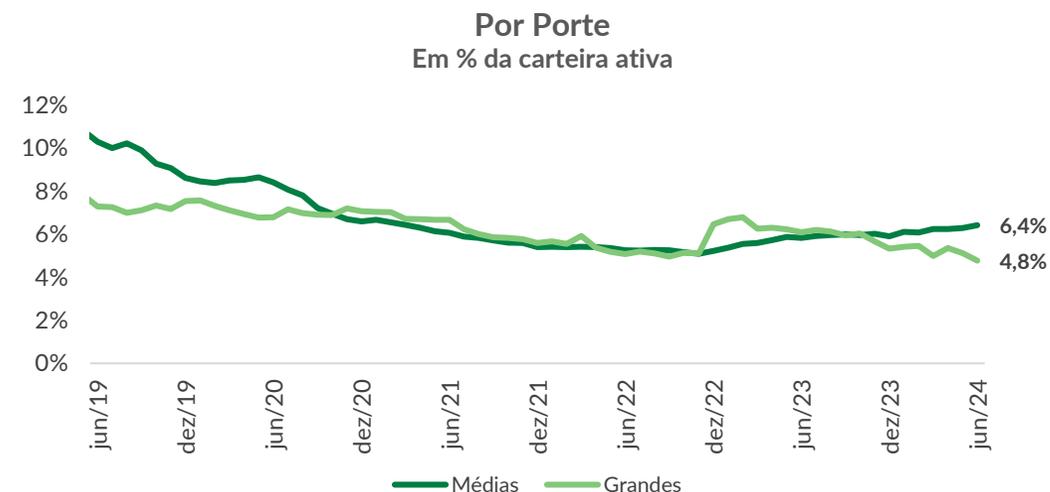
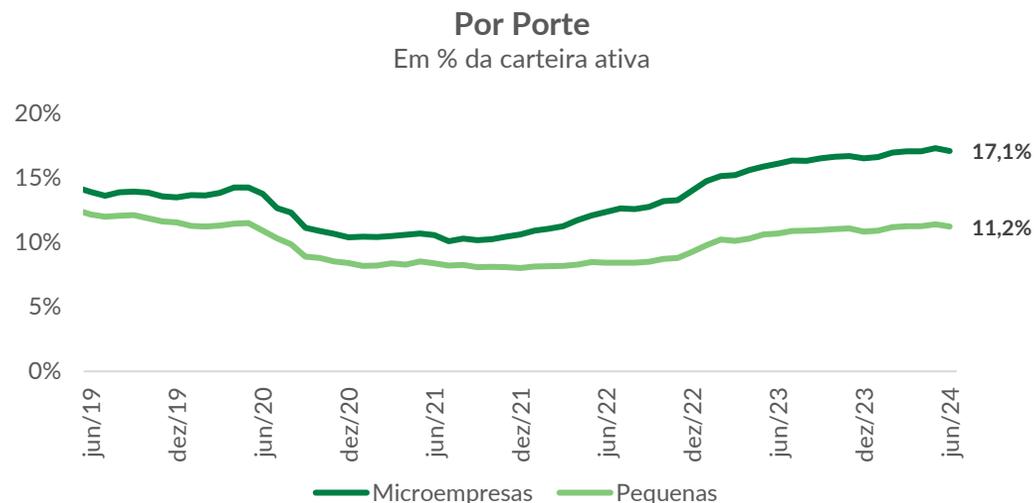
Apetite ao Risco PJ



Fonte: Banco Central do Brasil

- O acompanhamento regular do score de contratação permite identificar tendências e potenciais vulnerabilidades no cenário do crédito, contribuindo para a gestão eficiente do risco e a manutenção da estabilidade financeira. Neste sentido, a sua variação ao longo do tempo pode sinalizar mudanças no apetite ao risco das IFs ou alterações no ambiente macroeconômico.
- Devido a eventos específicos, houve uma piora na qualidade das contratações para Ge, com o score de contratação saindo de 3,13 em dez/23 para 5,77 em junho. Mesmo com um menor histórico de crédito, uma maior sensibilidade a flutuações econômicas e menor capacidade de absorver perdas, as demais categorias registraram no 1º semestre uma diminuição do score que pelo cenário macroeconômico tende a aumentar em termos prospectivos. Assim, houve reduções de: -2,4 nas microempresas para 21,25; de -2,0 nas micro sem programa emergencial para 22,98; de -1,6 nas pequenas para 19,18; de -1,4 nas pequenas sem programa emergencial para 19,77; e de -0,9 nas médias empresas para 12,51.

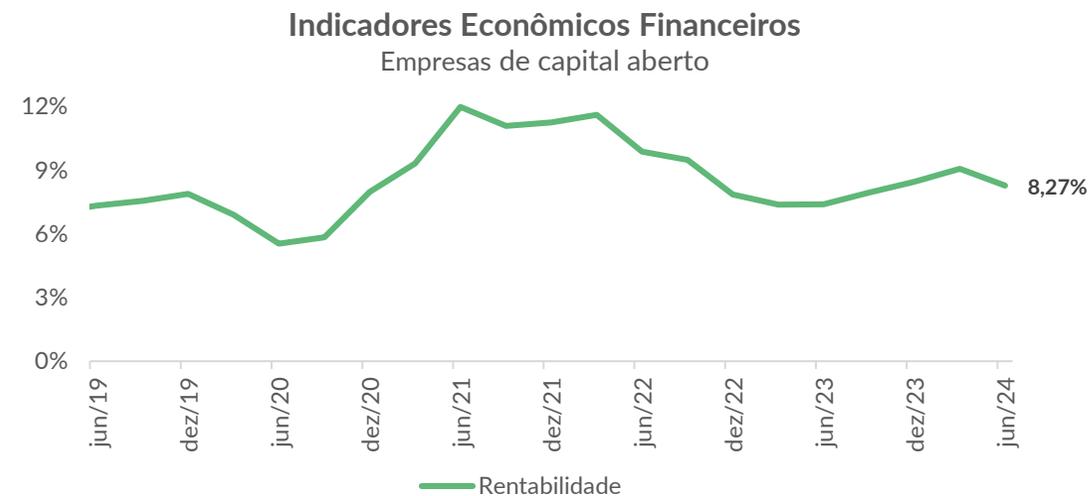
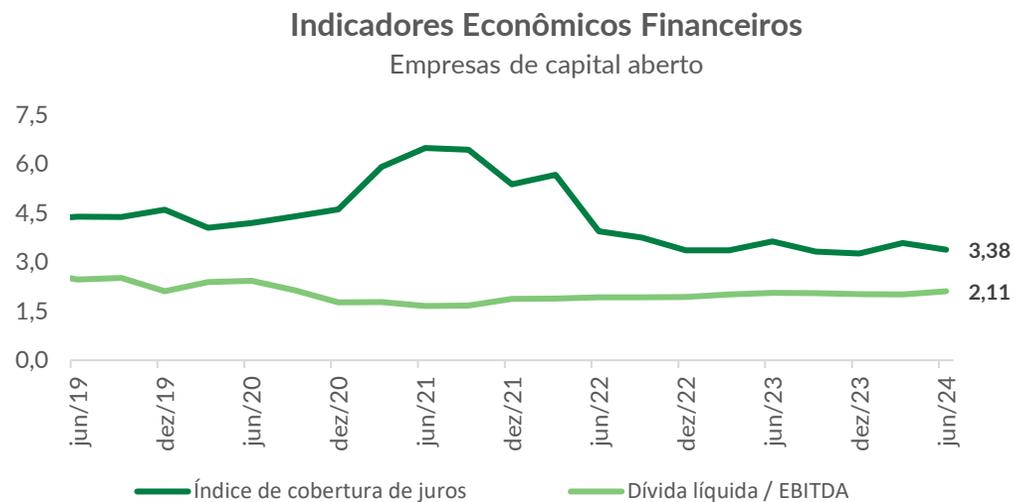
Ativos Problemáticos PJ



Fonte: Banco Central do Brasil

- Na segmentação do crédito por portes das empresas, a evolução dos Ativos Problemáticos (APs) nos empréstimos para PJ, no 1º semestre, apresentou diferenças significativas e o cenário revelou-se heterogêneo.
- Com a manutenção dos critérios de contratação, e sem sinais de reversão no curto prazo, o percentual de APs na carteira para MPMe apresentou um ligeiro aumento no 1º semestre. No entanto, a capacidade de pagamento deste segmento permanece desafiadora, com um volume crescente de requerimentos de recuperação judicial (RJ) em 2024.
- No período, o percentual de APs elevou-se em: 0,6 p.p. para 17,1% para as microempresas; 0,4 p.p. para 11,2% para as pequenas; e 0,5 p.p. para 6,4% para médias empresas. Contudo, as fragilidades do segmento tendem a ser agravadas com o aperto da política monetária.
- Com as baixas a prejuízo superando as novas entradas em AP e a aceleração no crescimento da carteira, o indicador no crédito para Ge manteve trajetória de queda, saindo de 5,3% em dez/23 para 4,1% em junho. Corroborada pela percepção do mercado financeiro de que o grau de alavancagem das Ge manteve-se estável em patamares inferiores aos observados antes da pandemia, a expectativa do BC era de que essa tendência continuasse, conjuntamente com uma queda na materialização de risco. Entretanto, a concretização dessa premissa dependerá da evolução da deterioração do cenário econômico.

Capacidade de pagamento PJ



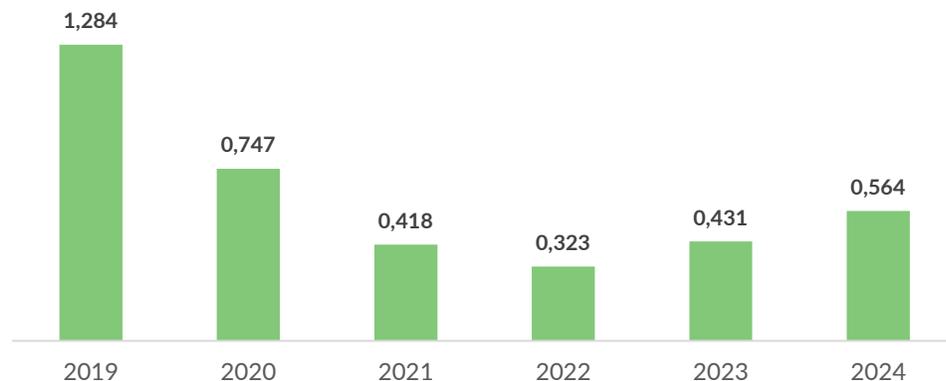
Fontes: Economática

- Enfrentando um cenário mais adverso, as MPMe permaneceram com a sua capacidade de pagamento pressionada. A depreciação cambial e o aumento do endividamento afetaram negativamente os seus resultados financeiros. Apesar do dinamismo econômico recente, a percepção de que o grau de alavancagem está elevado continua predominante, o que contribui para um cenário de maior cautela para concessão de crédito às MPMe.
- Em contraste, as GE demonstraram uma maior resiliência, beneficiando-se do bom desempenho da economia e dos de comércio e serviços. Apesar disso, a tendência de redução da materialização de riscos manteve-se, com as baixas a prejuízo superando as novas entradas em APs.
- Os aumentos das receitas e do EBITDA contribuíram para uma rentabilidade melhor do que a observada no ano anterior, com a rentabilidade das empresas de capital aberto saindo de 7,39% em jun/23 para 8,27% em junho. No entanto, a depreciação cambial e o aumento do endividamento impactaram negativamente os resultados financeiros de algumas empresas, especialmente no 2º trimestre. Assim, houve um aumento na alavancagem, com a relação entre a dívida líquida e o EBITDA subindo no período de 2,06 para 2,11.

Capacidade de pagamento PJ

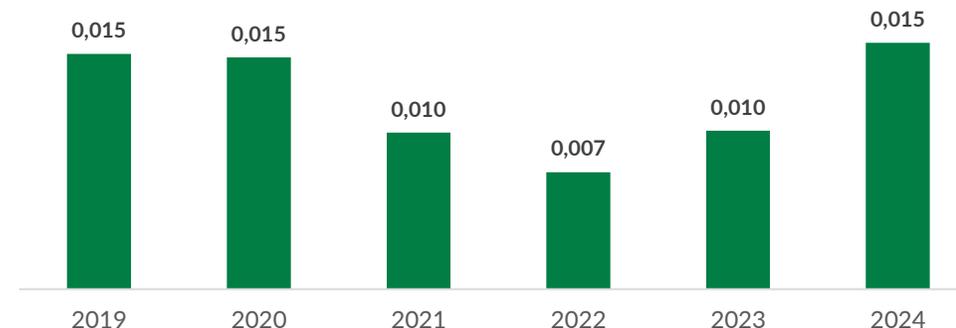
Empresas em Recuperação Judicial - GE

Requerimentos acumulados jan-jun - % do total de empresas ativas



Empresas em Recuperação Judicial - MPMe

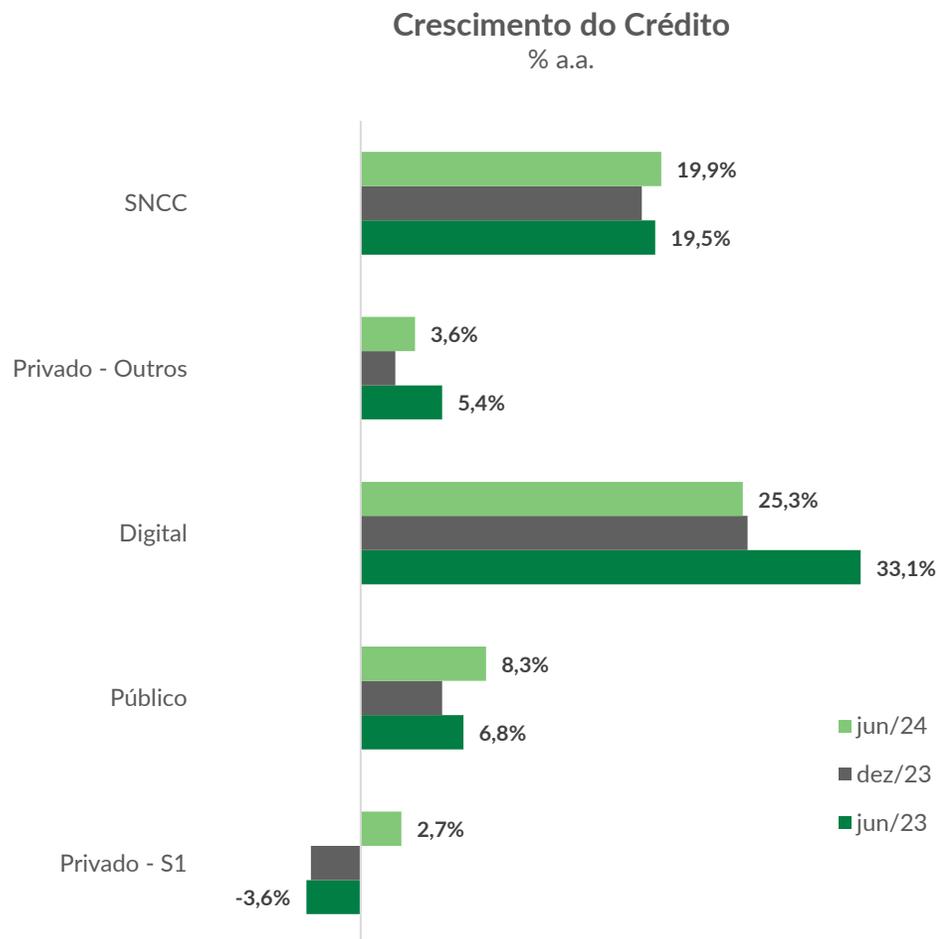
Requerimentos acumulados jan-jun - % do total de empresas ativas



Fontes: Serasa Experian.

- Apesar de demonstrarem maior resiliência frente às adversidades econômicas do que as MPMe, as Ge também registraram um aumento no volume de requerimentos de RJ em 2024. Contudo, o crescimento ocorreu em um ritmo menor e distante do pior ano recente, indicando que até então os impactos da depreciação cambial e do início do ciclo de alta de juros foram absorvidos. No caso das MPMe, ainda que distante do pior ano da série histórica, o avanço de RJs é um sintoma da situação desafiadora para a capacidade de pagamento.
- Considerando-se os requerimentos acumulados nos 6 meses do ano, em relação ao total do segmento de Ge, observou-se uma elevação de 0,4306 em jun/23 para 0,5638 em junho, patamar bem abaixo do 1,2842 verificado em jun/19. Já para as MPMEs, o indicador saiu no mesmo período de 0,0099 para 0,0155.

Desconcentração do crédito PJ

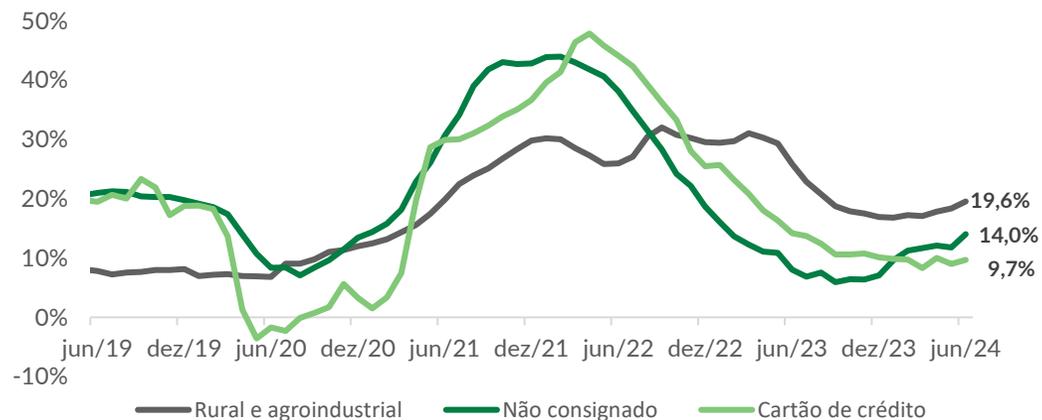


- O crédito para PJ teve um desempenho variado entre os segmentos bancários. Em junho, a carteira de crédito PJ dos bancos privados do segmento S1 voltou a crescer, embora modestamente, com alta de 2,7% ante queda de -3,3% a.a. em dez/23.
- Por sua vez, o saldo de crédito PJ dos bancos públicos expandiu suas taxas de crescimento, saindo de 5,4% a.a. em dez/23 para 8,3% a.a.. Estes 2 segmentos representam conjuntamente mais de 70% do crédito bancário para empresas.
- As entidades digitais e SNCC foram os segmentos com maior expansão, saindo respectivamente de 25,6% a.a. para 25,3% e de 18,6% a.a. para 19,9% a.a..
- No 2º trimestre de 2024, as condições de oferta de crédito foram mais flexíveis para empresas de todos os portes e o apetite a risco das IFs manteve-se estável.

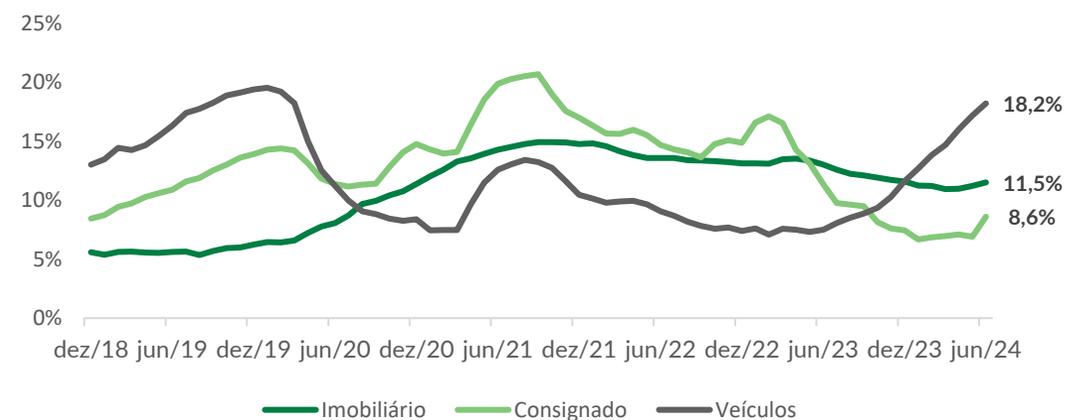
Fonte: Banco Central do Brasil

Crédito PF

Varição Anual
Por modalidade



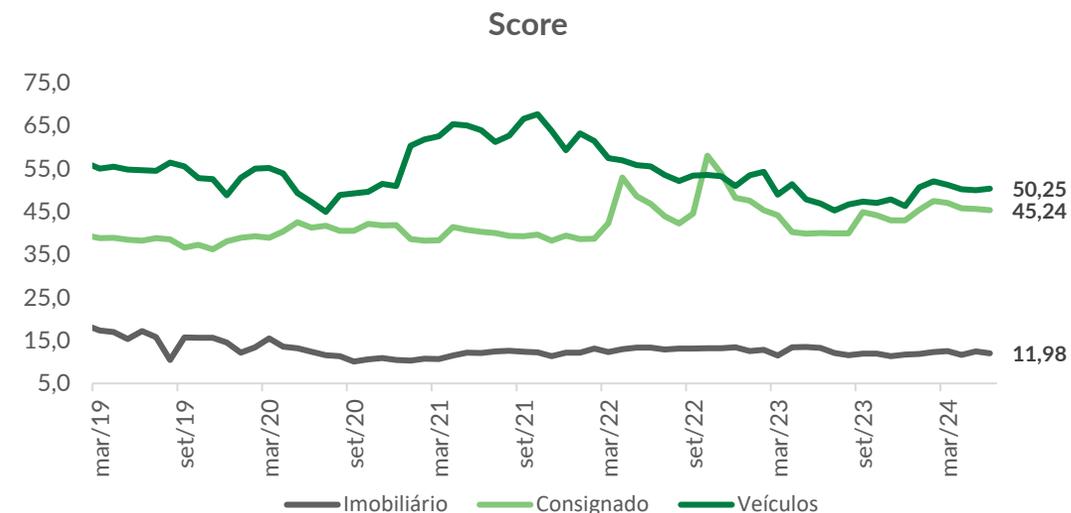
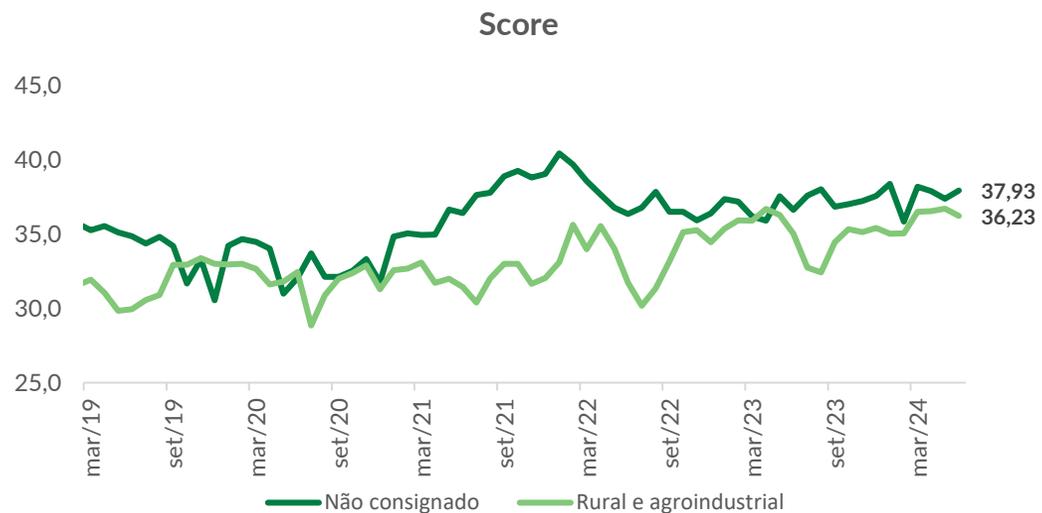
Varição Anual
Por modalidade



Fonte: Banco Central do Brasil

- Impulsionado pela dinâmica econômica favorável e pelo aumento do apetite ao risco das IFs, o crédito bancário às PF acelerou no 1º semestre. A carteira de crédito não consignado apresentou uma importante aceleração, saindo de 7,1% a.a. em dez/23 para 14,0% a.a. em junho. Ao passo que os cartões de crédito apresentaram um ligeiro arrefecimento, com a taxa de crescimento saindo de 10,1% a.a. para 9,7% a.a.. Demonstrando um maior conservadorismo na concessão de limites de crédito, as taxas de expansão reduziram-se na faixa de menor renda, com o grupo de até 2 Salários-Mínimos (SM) saindo de 11,46% a.a. para 3,48% a.a.. Porém, as variações nas demais classes foram de: 5,63% a.a. para 10,37% a.a. entre 2 e 5 SM, de 10,66% a.a. para 11,33% a.a. entre 5 e 10 SM e de 14,05% a.a. para 16,20% para mais de 10SM.
- Entre as modalidades de menor risco, o financiamento de veículos acelerou de um avanço de 11,61% a.a. em dez/23 para 18,21% a.a. em junho. O financiamento habitacional saiu de 11,59% a.a. para 11,50% a.a., com a linha FGTS mantendo um bom dinamismo em termos de contratação, dados os aumentos das faixas de renda elegíveis e do valor máximo dos imóveis financiados do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) ocorridos a partir de 2023. No semestre, houve também a subida nos volumes contratados do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), ainda que prospectivamente permaneça o desafio da utilização da caderneta de poupança como instrumento de *funding* em um contexto de taxas básicas de juros maiores.

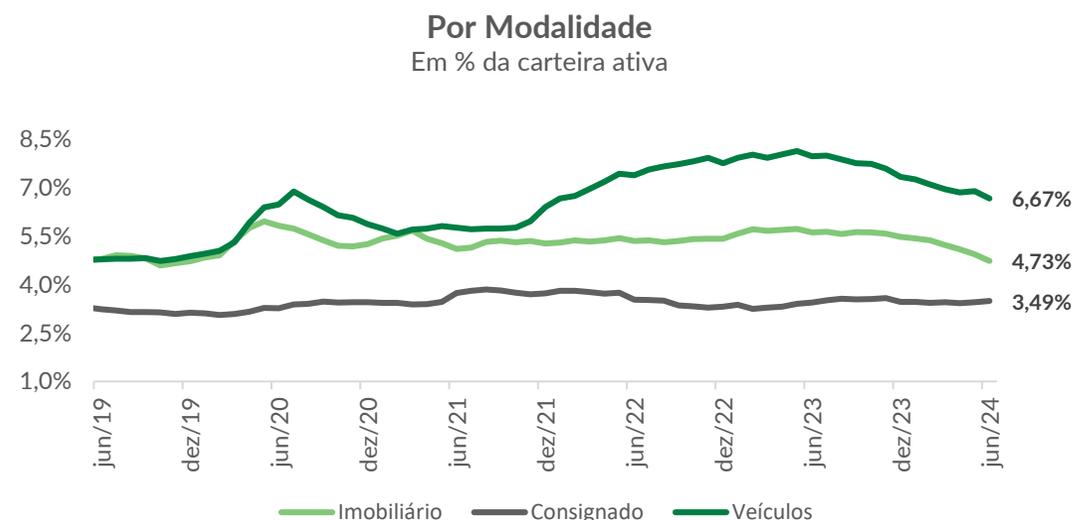
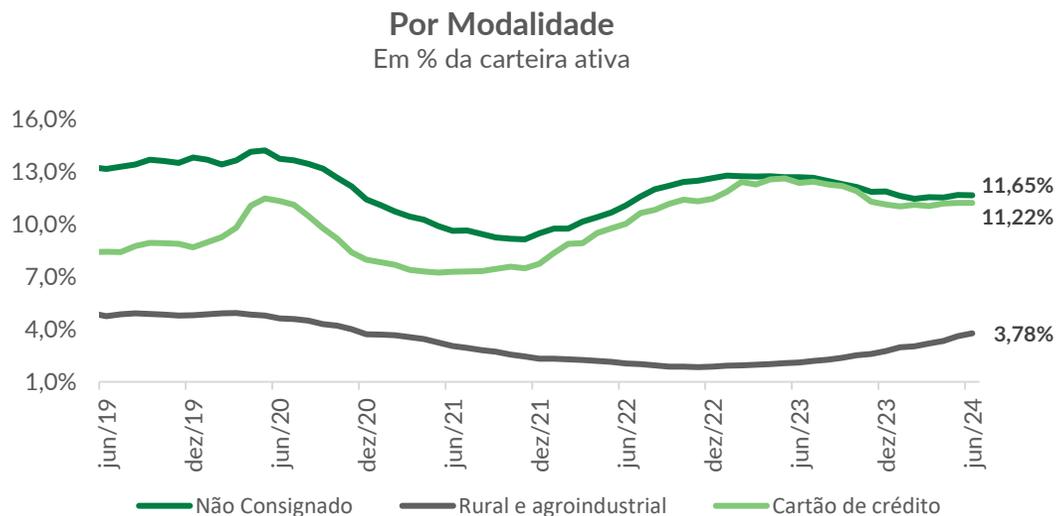
Apetite ao Risco PF



Fonte: Banco Central do Brasil

- Independentemente de que os scores de diferentes modalidades não sejam diretamente comparáveis, pois se valem de modelos distintos de apuração, observou-se no semestre um maior apetite ao risco, evidenciado na elevação do score médio de contratação das diferentes modalidades de empréstimos para PF.
- O aumento do apetite ao risco das IFs foi mais notável no financiamento de veículos, com o aumento de contratações com *Loan-to-Value* (LTV) mais altos e veículos mais antigos. Como reflexo, o indicador para a modalidade em junho era de 50,25 contra 46,24 em dez/23.
- Sinalizando também um maior apetite ao risco, houve elevação do score: de 42,90 para 45,24 no crédito pessoal consignado; de 37,58 para 37,93 no crédito não consignado; de 35,41 para 36,23 no rural e agroindustrial; e de 11,71 para 11,98 no crédito imobiliário, com aumentos no LTV e nos prazos médios de contratação.

Ativos Problemáticos PF



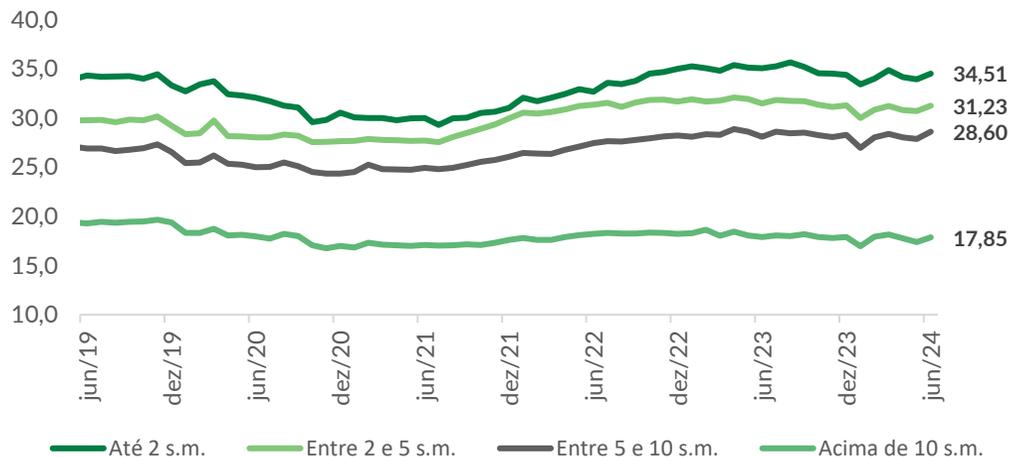
Fonte: Banco Central do Brasil

- Com o impacto da melhora no ambiente econômico na evolução do crédito, houve de uma maneira geral uma ligeira queda na materialização do risco de crédito com as PF, com a redução do percentual de APs na maioria das modalidades. O crédito rural e agroindustrial foi a única linha que teve o seu indicador saindo de 2,75% dos ativos totais em dez/23 para 3,78% em junho. Em patamares mais elevados, as parcelas de APs saíram de 11,88% para 11,65% no crédito não consignado e de 11,13% para 11,22% no cartão de crédito.
- Impulsionada pelas menores ocorrências nas faixas de renda mais baixas, pelo aumento da taxa de pagamento da fatura nesse segmento e por um processo contínuo de baixas a prejuízo na modalidade, a materialização de risco no cartão de crédito estabilizou-se. Já no crédito não consignado, o aumento da materialização de risco no SNCC pode ter contribuído para pressionar os APs da modalidade.
- Como modalidade de menor risco, o percentual dos APs no crédito consignado finalizou em 3,49% em junho ante 3,47% em dez/23. Da mesma forma, com reduções de -0,75 p.p. e -0,67 p.p. no semestre, o percentual de APs fechou, respectivamente, em 4,73% no crédito imobiliário e em 6,67% no financiamento de veículos.

Capacidade de Pagamento PF

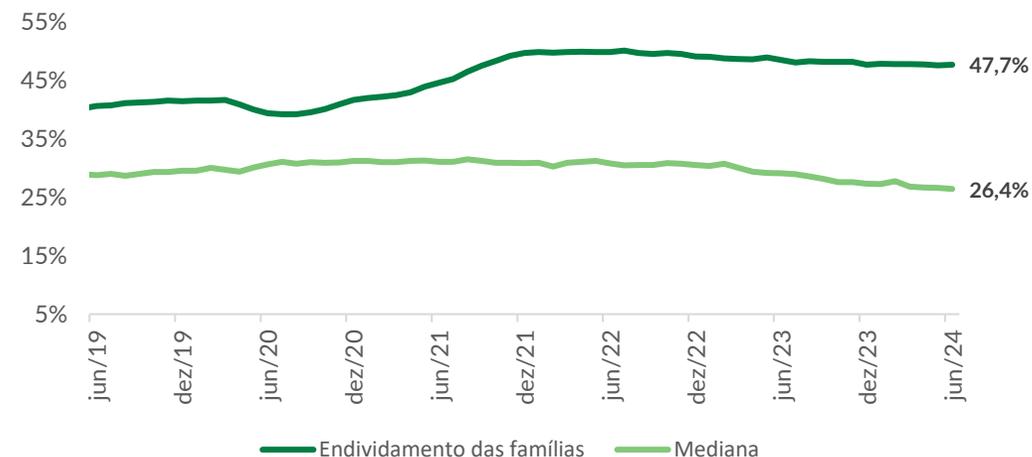
Comprometimento de Renda Individual

Por faixa de renda a 1%



Endividamento Individual

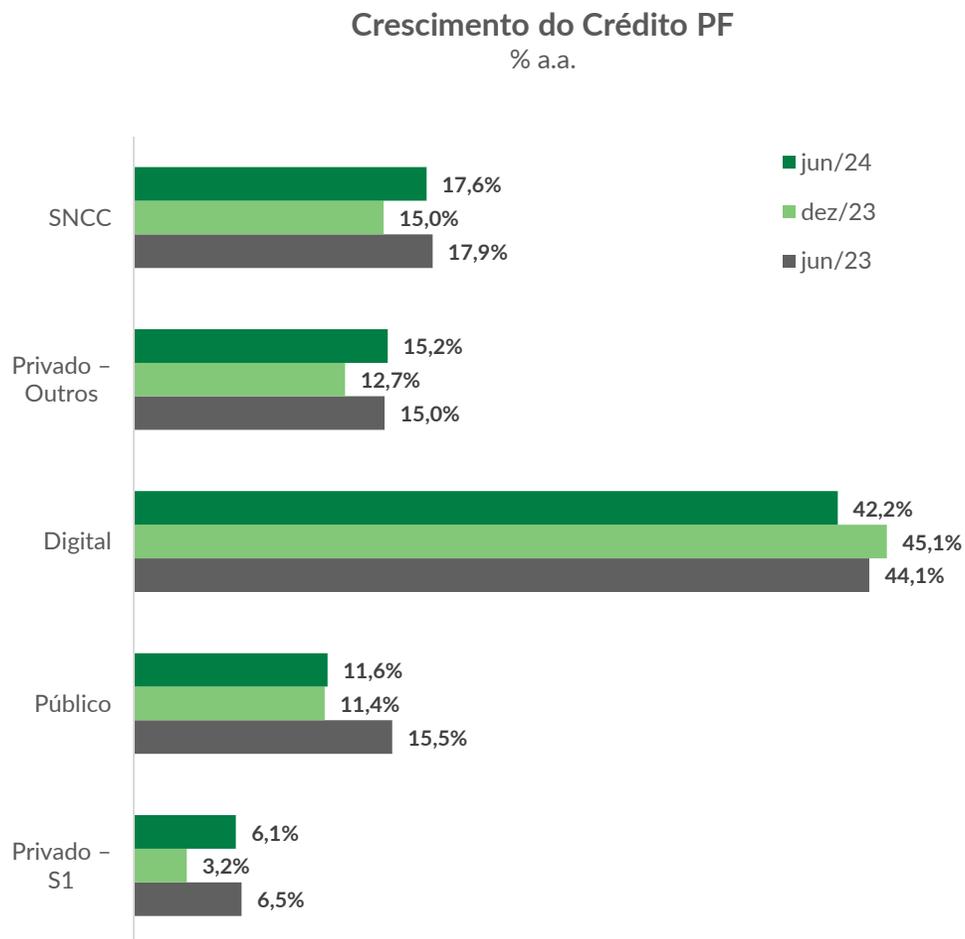
Intervalo interquartil - com ajuste sazonal



Fonte: Banco Central do Brasil

- Mesmo com um cenário econômico favorável advindo da melhora da renda e a redução da taxa de desocupação, a capacidade de pagamento das famílias brasileiras demanda atenção redobrada agora a partir do início do ciclo de aperto monetário e da deterioração das condições financeiras.
- Em nível historicamente elevado, a distribuição do Comprometimento de Renda Individual (CRI) dos tomadores de crédito do SFN, com base em dados de cada indivíduo informados no SCR, apresentou relativa estabilidade no 1º semestre, independentemente das faixas de renda. A mediana do CRI saiu de 21,63% em dez/23 para 21,81% em junho. No cálculo agregado que compara o serviço da dívida total com a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF) restrita, o Comprometimento de Renda (CR) saiu de 25,94% para 26,16%.
- Com relação ao endividamento das famílias, a distribuição do Endividamento Individual dos tomadores de crédito do SFN reduziu-se de 27,29% em dez/23 para 26,42% em junho. Em termos agregados, que compara a dívida dos tomadores de crédito do SFN com a RNDBF restrita acumulada nos últimos 12 meses, o Endividamento permaneceu praticamente estável, saindo 47,68% para 47,67%.

Desconcentração do crédito PF



- Os bancos digitais, apesar de terem reduzido sua taxa de crescimento, continuaram a expandir a sua carteira de crédito em um ritmo muito superior ao dos seus pares, com uma alta de 42,2% a.a. ante 45,1% a.a. em dez/23. Em consequência, esse segmento já representa 18% do crédito às modalidades de maior risco, que incluem cartão de crédito, crédito não consignado e outros créditos.
- Nesse contexto, a carteira de crédito das IFs públicas subiu 11,6% a.a. ante 11,4% em dez/23, enquanto a das IFs privadas S1 aumentou 6,1% a.a. contra 3,2% a.a. em dez/23 e das demais IFs privadas cresceu 15,2% a.a. contra 12,7% a.a. em dez/23.
- Para o SNCC, a carteira de crédito manteve um ritmo de crescimento acima da média das IFs públicas e privadas, saindo de uma alta de 15,0% a.a. em dez/23 para 17,6% a.a., apesar de sentir os efeitos do aumento da materialização de risco de crédito no segmento de crédito não consignado.

Fonte: Banco Central do Brasil

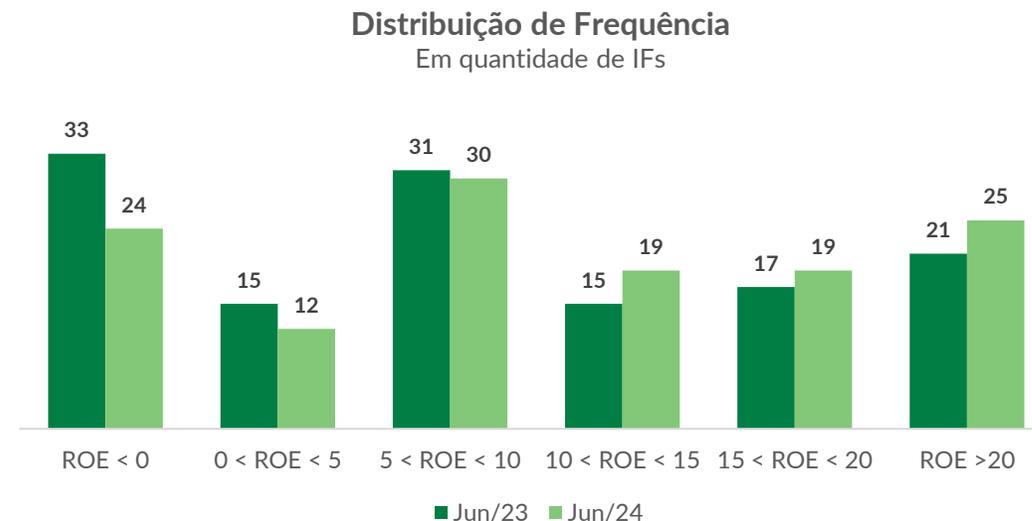
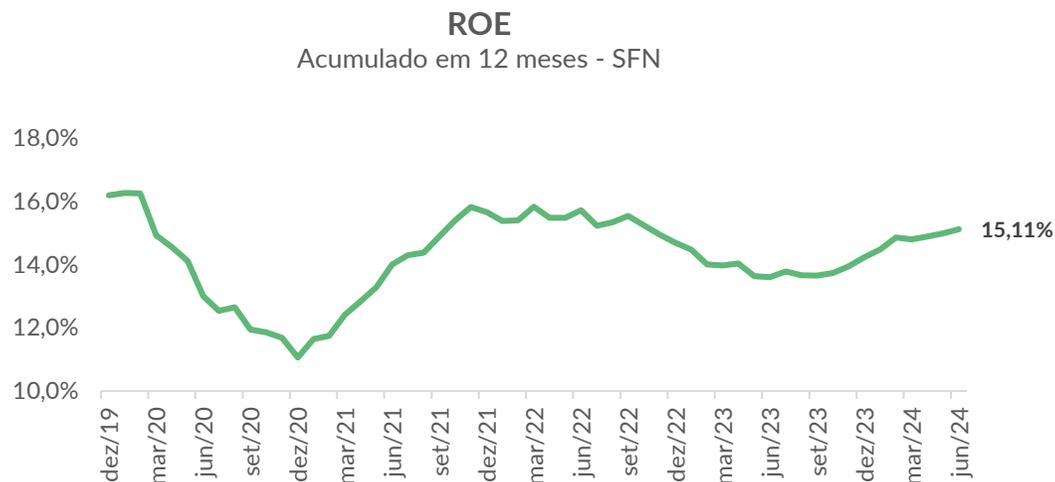
Provisões

Segmento		Perda Esperada	Provisão	Cobertura
Públicos	dez-23	3,9%	4,9%	1,26
	jun-24	3,9%	4,8%	1,23
Privados S1	dez-23	7,2%	7,8%	1,08
	jun-24	6,7%	7,3%	1,09
SNCC	dez-23	4,8%	5,1%	1,05
	jun-24	5,2%	5,6%	1,07
Digitais	dez-23	9,4%	9,3%	0,99
	jun-24	9,7%	9,7%	0,99
Privados (demais)	dez-23	5,2%	4,7%	0,91
	jun-24	5,5%	5,0%	0,90
Total	dez-23	5,4%	6,0%	1,11
	jun-24	5,3%	5,9%	1,10

Fonte: Banco Central do Brasil

- Com um montante superior às estimativas de perda esperada na maioria dos segmentos analisados, o SFN manteve um nível adequado de provisionamento para as operações de crédito, indicando uma postura prudente das IFs em relação ao risco de crédito e contribuindo para a solidez do sistema.
- O Índice de Cobertura (IC) das provisões para a perda esperada manteve-se praticamente estável no semestre, saindo de 1,11 em dez/23 para 1,10 em junho. O ciclo de materialização de risco de crédito perdeu força, o que reduziu a pressão sobre as provisões.
- Acompanhando a melhora do risco, a redução das perdas esperadas no segmento Privados S1 superou a diminuição das provisões para as carteiras de crédito, de modo que o IC saiu de 1,08 em dez/23 para 1,09 em junho. Nos bancos públicos, com a manutenção da perda esperada e redução no provisionamento, o IC reduziu-se de 1,26 para 1,23.
- Nas entidades dos segmentos SNCC, Digitais e Demais Privados, as perdas esperadas aumentaram em consequência do maior nível de ativos problemáticos nas carteiras. Porém, o movimento no IC foi de: 1,05 para 1,07 para SNCC; manutenção em 0,99 para os digitais; e de 0,91 para 0,90 para os demais privados.
- A implementação de novas regras contábeis, como as previstas na Resolução CMN 4.966/2021, que alinha as normas brasileiras aos padrões contábeis internacionais (IFRS 9), impactará significativamente as provisões. Em função dessas novas regras, o BC estima um aumento agregado de R\$ 37,8 bilhões neste montante.

Rentabilidade



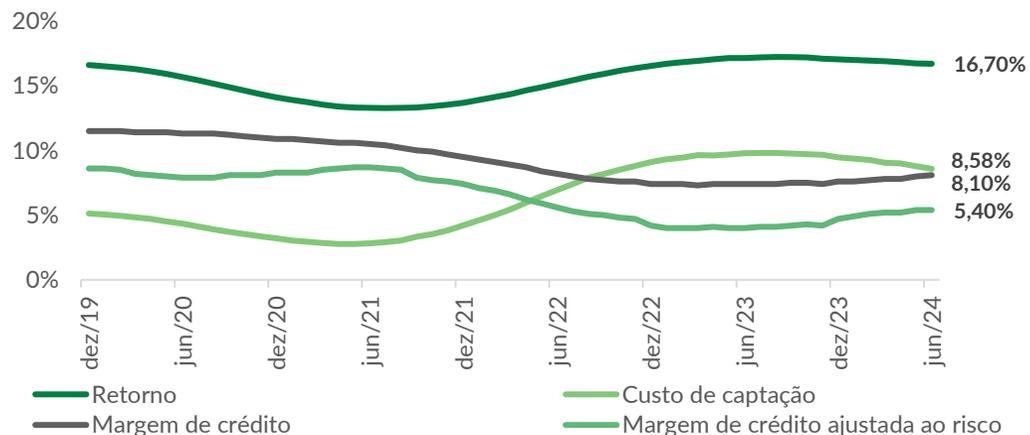
Fonte: Banco Central do Brasil

- Iniciada no 2º semestre de 2023, persistiu a recuperação da rentabilidade do sistema bancário. Com a diminuição da pressão com as despesas com provisões, o crescimento do resultado de juros com operações de crédito e a reaceleração das receitas de serviços, a maioria dos segmentos experimentou um aumento na rentabilidade, com os segmentos “Digitais” e “S1 Privados” liderando essa recuperação.
- A recuperação expressiva no segmento "Digitais", observada desde o final de 2022, é atribuída aos efeitos positivos da alavancagem operacional, impulsionada pela rentabilização da base de clientes de algumas entidades e pela menor pressão das despesas com provisões. Na mesma direção, o movimento no segmento privado S1, que também se iniciou no final de 2022, continuou mesmo com o aumento dos APs em carteiras voltadas à PF e o caso “Americanas”.
- No semestre, o Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE) subiu 0,88 p.p. para 15,11%, finalizando em: 16,29% nos públicos; 15,73% nos SNCC; 19,10% nos digitais, 18,40% nos S1 privados; e em 11,62% nas demais IFs. Por fim, observou-se uma redução no número de IFs com rentabilidade negativa, saindo de 33 em dez/23 para 24 em junho.

Resultados de Intermediação

Margem de Crédito

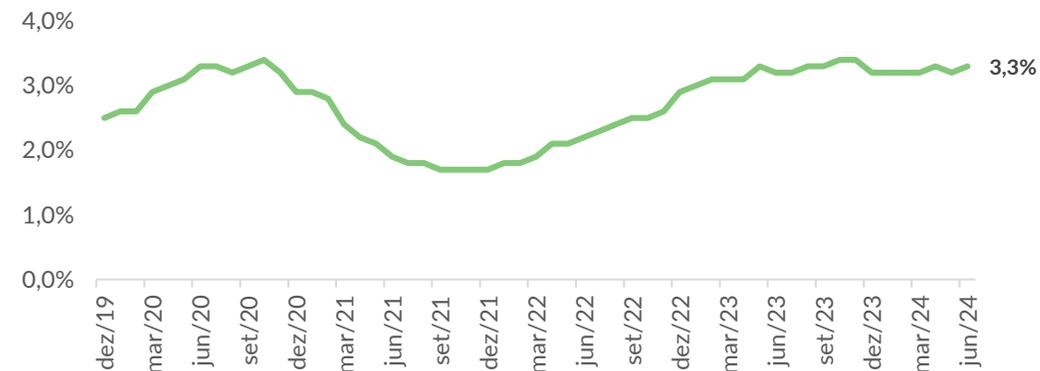
Sistema bancário - acumulado em 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil

Custo com Provisões

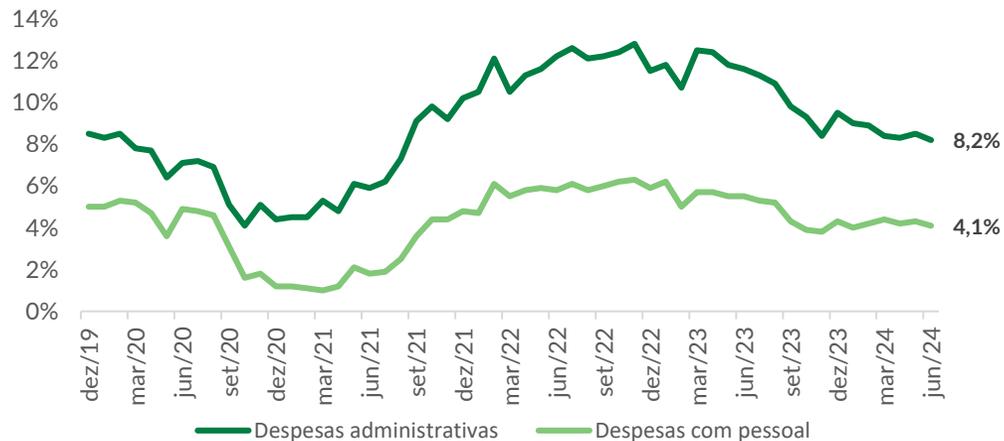
Acumulado em 12 meses



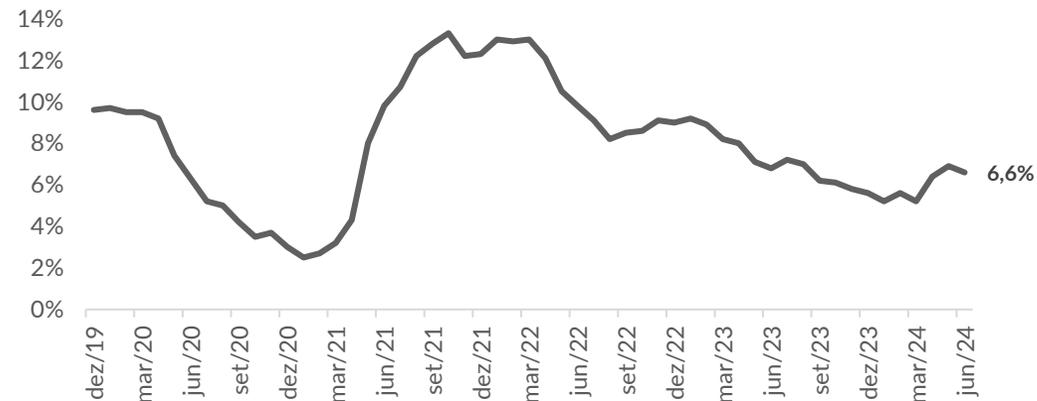
- A diminuição da materialização de risco de crédito aliviou a pressão das despesas com provisões sobre a rentabilidade do sistema bancário, embora tenham saído de uma alta de 3,0% a.a. em dez/23 para 3,3% a.a. em junho.
- Na abertura por tipo de IFs, o crescimento do custo com provisões acumulado em 12 meses fechou em: 1,7% nos bancos públicos; 3,8% no SNCC; 8,7% nos digitais; 4,4% nos S1 privados; e 3,1% nas demais.
- A expectativa do BC era de que a materialização de risco permanecesse estável nos próximos períodos, com as despesas com provisões crescendo em linha com a carteira de crédito para a maioria dos segmentos. O resultado de juros de crédito tem apresentado uma tendência de crescimento desde o 2º semestre de 2022, impulsionado pelo giro da carteira de crédito com taxas mais altas e pela queda no custo de captação, com alta de 8,10% a.a. ante 7,60% a.a. em dez/23.
- No 1º semestre, o custo de captação do sistema bancário reduziu-se, saindo de 9,48% a.a. em dez/23 para 8,58% a.a. em junho, contribuindo para a melhora da margem de crédito e, conseqüentemente, para a recuperação da rentabilidade do sistema. Essa redução no custo de captação é atribuída, em parte, ao bom desempenho dos depósitos a prazo e à redução no ritmo de crescimento dos instrumentos com isenção tributária.

Eficiência Operacional

Despesas Administrativas
Variação Anual do acumulado em 12 meses



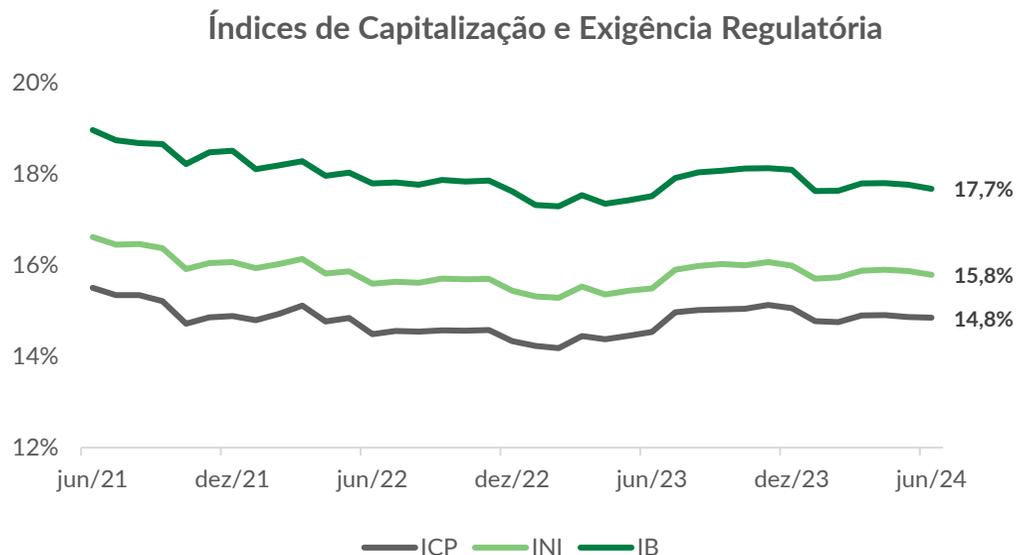
Receita de Serviços
Variação anual do acumulado em 12 meses



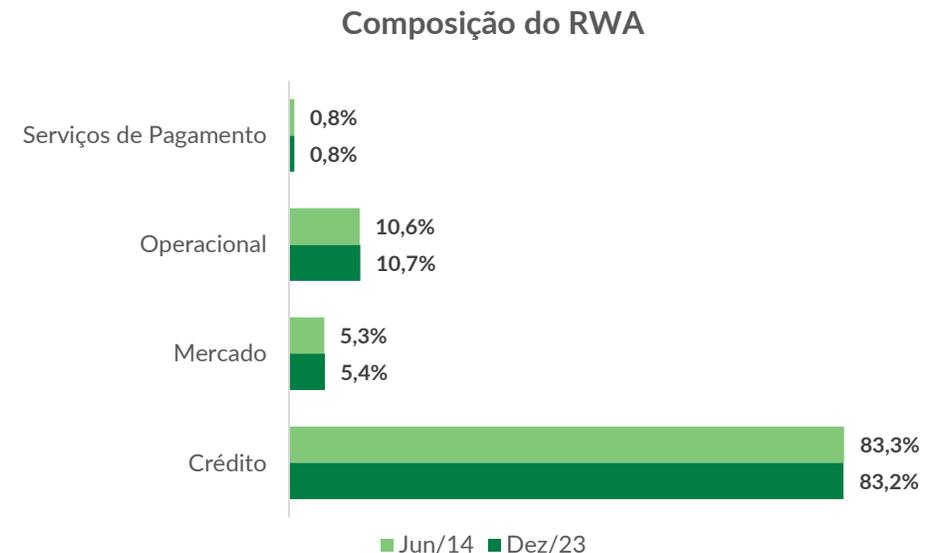
Fonte: Banco Central do Brasil

- Acompanhando o arrefecimento das pressões inflacionárias sobre os custos operacionais, as despesas administrativas seguem em desaceleração. Esse movimento, conjuntamente com a melhora gradual no resultado operacional, traduziu-se em ganhos de eficiência operacional.
- Os impactos positivos da digitalização dos serviços bancários nas receitas e despesas continuarão sendo fatores relevantes no médio prazo para os avanços prazo na eficiência operacional.
- No semestre, a expansão das despesas administrativas acumuladas em 12 meses saiu de 9,5% a.a. em dez/23 para 8,2% a.a. em junho. Na mesma base comparativa, o crescimento das despesas com pessoal reduziu-se de 4,3% a.a. em dez/23 para 4,1% a.a.
- Com o crescimento da utilização do Pix e o aumento da concorrência e inovação no SFN, desde o final de 2021., houve uma redução gradual na contribuição das rendas relacionadas às atividades de pagamentos, notadamente às voltadas para PF.
- Impulsionado principalmente pelas rendas relacionadas às atividades de mercado de capitais, consórcio e seguros, e após um período de acomodação, o crescimento da receita de serviços, acumulada em 12 meses, acelerou de 5,6% a.a. em dez/23 para 6,6% a.a. em junho.

Solvência



Fonte: Banco Central do Brasil

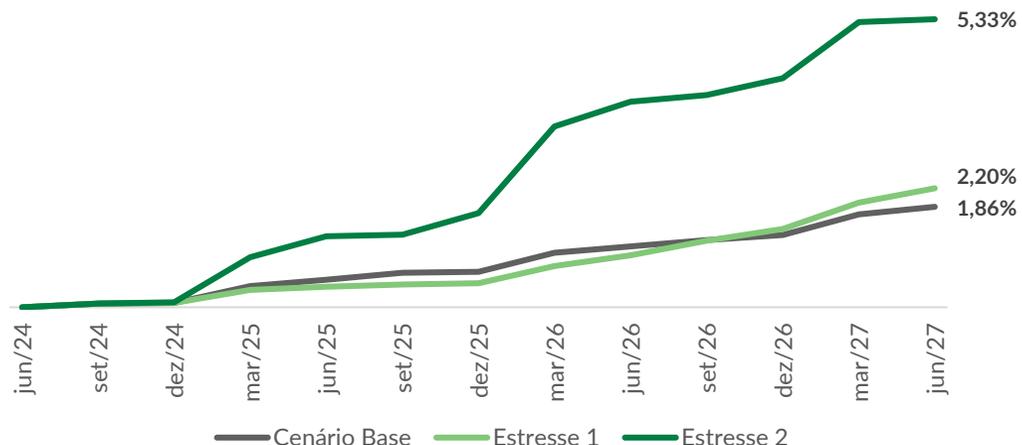


- Com uma leve retração no 1º semestre, mas impulsionada pela retenção de lucros, a capitalização do sistema mantém-se acima dos mínimos regulatórios exigidos e constituída por componentes de alta qualidade.
- Os ativos ponderados pelo risco (RWA) cresceram mais do que o capital devido à expansão das operações de crédito, mas o sistema ainda dispõe de uma margem de R\$ 486 bilhões, equivalente a 32% do Patrimônio de Referência (PR) agregado. Essa margem permite a expansão de ativos sem a necessidade de aportes de capital, mesmo com a implementação das mudanças regulatórias. A composição do RWA segue mostrando uma predominância do RWA de crédito, com uma parcela de 83,3% do RWA total.
- Para o BC, o sistema bancário demonstrou capacidade de absorver os impactos dos aprimoramentos na regulação prudencial que entrarão em vigor em 2025. Dentre as mudanças, destaques para: implementação do arcabouço prudencial para conglomerados liderados por instituições de pagamento (IP); os novos procedimentos para cálculo do RWAOPAD; mudanças na metodologia de apuração da provisão pela Resolução CMN 4.966/2021; a implementação da Lei 14.467 de 2022; e as novas regras para contabilização de instrumentos financeiros (IFRS 9 e IFRS 7).
- No que tange à adoção da Resolução CMN 4.966/2021, recentemente facultou às jurisdições a fasear o impacto no capital regulatório advindo do incremento das provisões.

Testes de Estresse

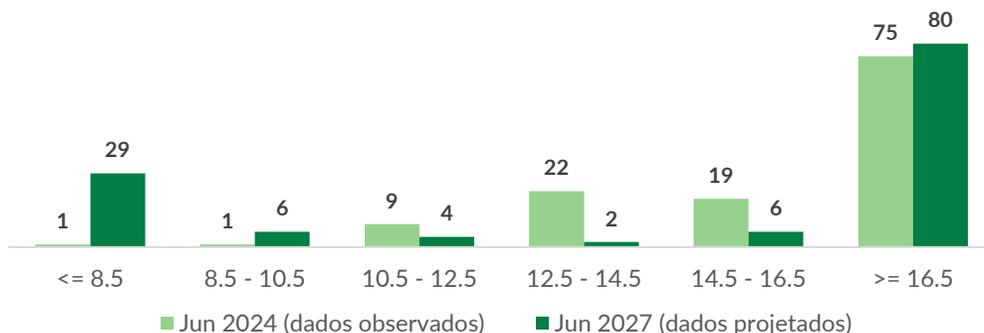
Necessidade de Capital

Em % do PR



Distribuição dos Ativos

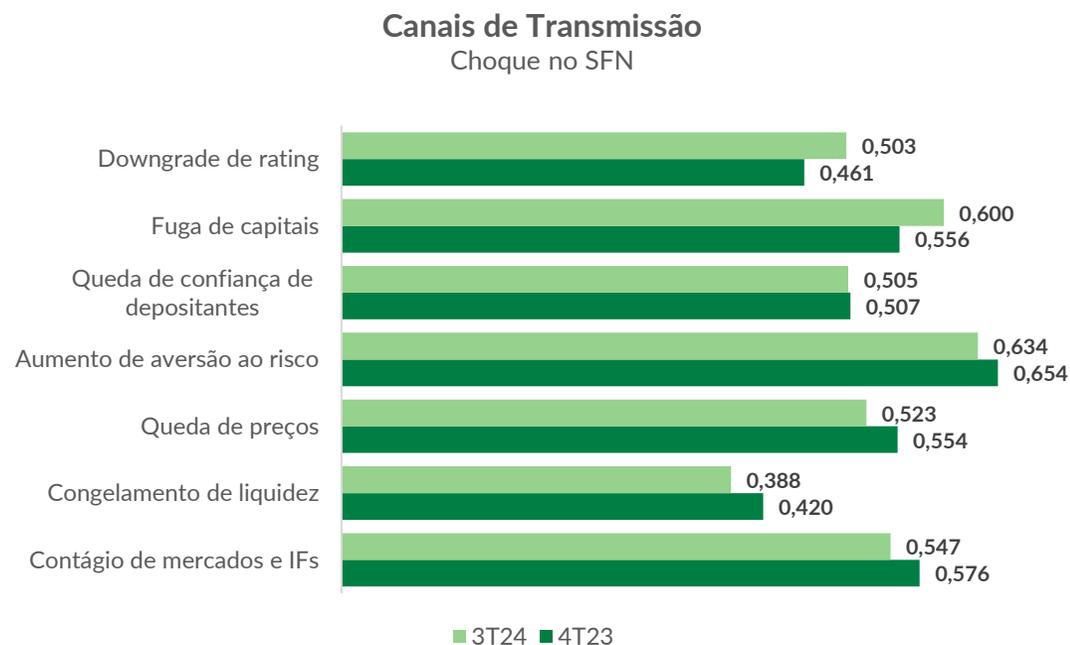
Por faixa de IB



Fonte: Banco Central do Brasil

- Diversas análises de risco e testes de estresse, tanto de capital quanto de liquidez, indicaram a resiliência do sistema bancário, mesmo em cenários adversos simulados. As IFs demonstram capacidade de lidar com potenciais perdas, inclusive em situações de estresse, cumprindo a regulamentação em vigor.
- O sistema bancário possui capital suficiente para absorver as perdas nos cenários simulados, mesmo com alguns bancos exibindo no exercício um capital abaixo do mínimo regulamentar. Os testes de estresse, tanto *top-down* quanto *bottom-up*, indicaram que as IFs são resilientes a choques macroeconômicos adversos.
- O sistema mantém ativos líquidos suficientes para cobrir potenciais perdas, inclusive em cenários estressados, atendendo à regulamentação em vigor. As alterações normativas previstas para os próximos anos, como a implementação do IFRS 9 e a Lei 14.467 de 2022, terão impacto nos níveis de capitalização, inicialmente não afetariam significativamente a resiliência do sistema. Contudo, uma alteração no arcabouço regulatório permitirá o faseamento do impacto. Já na simulação de contágio sugere baixa necessidade de recursos para recapitalizar o sistema em caso de quebra de uma instituição individualmente.
- Com relação à necessidade de capital, as IFs que juntas representavam 70,7% do ativo total, continuariam apresentando índices de capitalização acima do mínimo regulamentar de 10,5% no cenário estresse 2. A maior parte da necessidade de capital se dá em função dos efeitos das alterações normativas, sendo de 5,3% do PR atual no 12º trimestre da simulação no cenário estresse 2. Já, no cenário estresse 1 a necessidade atinge 2,2% do PR ao final da simulação.
- Por fim, ainda no cenário de estresse, projetando os dados para jun/27, 29 IFs registrariam um Índice de Basileia (IB) menor de 8,5% - o mínimo regulamentar.

Pesquisa de Estabilidade Financeira



- De acordo com a PEF de ago/24, com a mudança de percepção refletindo a crescente apreensão com a trajetória da dívida pública e os impactos da política fiscal sobre os preços dos ativos e a política monetária, os riscos fiscais tornaram-se a principal preocupação das IFs.
- Em contrapartida, os riscos oriundos do cenário internacional perderam força, embora ainda sejam considerados relevantes, especialmente aqueles relacionados à política monetária e às eleições presidenciais nos EUA e aos riscos geopolíticos. Em linha com o bom desempenho da economia, os riscos de inadimplência e atividade doméstica, por sua vez, mantiveram sua tendência de queda.
- Apesar do aumento da percepção de risco fiscal, a confiança na estabilidade financeira manteve-se elevada, próxima à sua máxima histórica. As IFs consideram que o sistema é bem-preparado para enfrentar a materialização de riscos, com provisões adequadas para perdas de crédito e níveis confortáveis de liquidez e capital.
- Sobre os principais canais de transmissão de choques, as IFs identificaram o "Aumento de aversão a risco" e "Fuga de capitais" como os mais prováveis. Comparando com a pesquisa de fevereiro, a probabilidade atribuída ao canal "fuga de capitais" teve um aumento expressivo, tornando-se o 2º canal mais relevante.

Risco	Frequência (%)			Probabilidade	Impacto
	fev/24	mai/24	ago/24		
Riscos fiscais	31	27	41	Médio-Alta	Alto
Cenário internacional	33	38	23	Médio-Alta	Alto
Inadimplência e atividade	19	15	12	Médio-Alta	Médio
Inflação doméstica	2	4	5	Médio-Alta	Médio
Risco de liquidez	5	4	3	Médio-Baixa	Médio

Fonte: Banco Central do Brasil



Diretoria de Economia, Regulação e Produtos



abbc.org.br
assessoriaeconomica@abbc.org.br



Av. Paulista, 1842 -15º andar -Conj. 156
Edifício Cetenco Plaza -Torre Norte -
Cerqueira César São Paulo -SP



Tel.: (55) 11 3288-1688